

RESENHA PARLAMENTAR

Resumo das atividades do Congresso Nacional, de 23 de março a 18 de abril, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Publicado o parecer do relator às emendas do Senado Federal oferecidas ao projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades aos que instalarem fábricas de cimento no país (D.C. 27-3, pág. 2229).

De iniciativa do Poder Executivo, chega à Câmara o projeto de lei que dispõe sobre a denominação de estabelecimentos bancários (D.C. 28-3, pág. 2270).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O deputado Henrique Pagnoncelli apresentou projeto de lei que autoriza a concessão de um auxílio de quinhentos mil cruzeiros à Associação Rural de Lagoa Vermelha, RS, para realização de Exposição Agropecuária Industrial (D.C. 24-3, pág. 2068). O projeto foi encaminhado à C. Finanças.

Apresentado projeto de lei que concede auxílio à Associação Hospitalar São José, com sede em Teresópolis, RJ (D.C. 27-3, pág. 2232). Encaminhado à Comissão de Finanças.

Aprovada urgência para o projeto de lei que concede auxílio para o custeio da Terceira Conferência Nortista de Tisiologia, a reunir-se em Manaus (D.C. 27-3, página 2239).

Rejeitados os projetos de lei de auxílio financeiro à Sociedade dos Amigos das Crianças, de Santa Cruz, Bahia, e ao Ginásio "Judith Paiva", do Rio Largo, Alagoas (D.C. 27-3, págs. 2240 e 2241, respectivamente).

No Senado Federal

Aprovado e vai à sanção o projeto de lei que concede auxílio de vinte milhões de cruzeiros para os festejos comemorativos do III Centenário da Restauração de Pernambuco (D.C. 28-3, pág. 2293).

Em discussão única, foram aprovados e sobem à sanção os projetos de lei que concedem auxílios de três milhões de cruzeiros à Universidade Católica do Rio e cem mil cruzeiros para realização da I Exposição Regional de Pecuária de Soure, Pará (D.C. 26-3, pág. 2220).

Sobe à sanção presidencial o projeto de lei que concede auxílio de duzentos e cinquenta mil cruzeiros para realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade (D.C. 28-3, pág. 2295).

CONTRATOS PÚBLICOS

Dire

No Senado Federal

7. Aprovados em discussão única os projetos de decretos de jure que: determina registro, pelo Tribunal de Contas, do termo aditivo ao acordo celebrado entre o M.E.S. e a firma Campos Brudes Ltda. para intensificação da assistência psiquiátrica (D.C. 31-7-51, pág. 2217); aprova o termo do contrato celebrado com a firma Paulo Augusto Goyana, para instalação de uma subterrânea de dutos e uma linha de

posteações em Fortaleza; aprova o contrato celebrado entre a D.R.C.T. do Estado do Rio e Artur Monteiro Guedes, para arrendamento de imóvel; aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Campos Brudes Ltda. para construção da Estação Terminal de Guarulhos, SP (D.C. 24-3, pág. 2090).

Aprovada a redação final, indo à promulgação, do projeto de decreto legislativo que mantém decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato entre a União Federal e a empresa de Engenharia CEIP Ltda. (D.C. 26-3, pág. 2220).

Foram aprovados em discussão única e encaminhados à C. de Redação os projetos de decretos legislativos que mantêm decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro aos contratos celebrados entre a Divisão de Obras do D.A. do M.E.S. e a firma Empresa Brasileira de Construções S.A. (D.C. 26-3, pág. 2221).

Rejeitado o projeto de decreto legislativo que aprova a renovação do contrato celebrado entre o M.E.S. e Alfred Zuberbuhler (D.C. 26-3, pág. 2221).

Publicados os pareceres das C. Justiça e C. Finanças ao projeto de decreto legislativo que autoriza registro do termo de acordo entre a União Federal e o Paraná, para instalação de Escola de Iniciação Agrícola (D.C. 28-3, pág. 2288).

Publicados diversos pareceres da Comissão de Justiça e Comissão de Finanças sobre projetos de decretos legislativos relativos a contratos (D.C. 28-3, pág. 2289).

DIPLOMACIA

No Senado Federal

Aprovado em discussão única o projeto de decreto legislativo que aprova a convenção relativa ao reconhecimento internacional dos direitos sobre aeronaves (D.C. 23-3, pág. 2090).

Em virtude de requerimento, o projeto de decreto legislativo que aprova a Convenção Internacional assinada em Sevres em 6 de outubro de 1921, que modificou a Convenção do Metro firmada em Paris, vai à C. de Economia (D.C. 24-3, pág. 2090).

Lida na hora do Expediente de 25 de março cópia autêntica do Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos da América (D.C. 26-3, pág. 2218).

O senador Bernardes Filho e outros solicitam ao M.R.E. cópia autêntica do recente Acordo Comercial entre o Brasil e a Argentina (D.C. 26-3, pág. 2219).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Cunha Bueno apresentou projeto de lei que estende aos portadores de diplomas e certificados de conclusão de curso em Escola Técnica de Química Industrial não oficializada, há mais de dez anos, os favores concedidos pelo Decreto-lei n.º 2.298, de 10-6-1940, que dispõe sobre o registro dos químicos licenciados (D.C. 26-3, página 2200). O projeto foi encaminhado à Comissão de Educação e Cultura.

No Senado Federal

Foram publicados os pareceres das Comissões de Justiça, de Educação e Cultura, e de Finanças, todos favoráveis ao projeto de lei que institui Prêmios Nacionais de Literatura, de Ciência e de Arte (D.C. 28-3, pág. 2289).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Foi publicado no "Diário do Congresso" de 25 de março extenso trabalho do deputado Alde Sampaio sobre a nova política cambial do Brasil, subordinado ao título "Determinação Numérica da Taxa Cambial".

Para corrigir equívoco na elaboração do Orçamento de 1953, foi apresentado projeto de lei que retifica dotação destinada à construção do porto de Tramandaí (D.C. 27-3, pág. 2232).

Aprovado em primeira discussão o projeto de lei que abre crédito especial para ressarcir prejuízos sofridos por oficiais e praças, reformados, pensionistas e asilados, em consequência de furto na 27.^a C.R., em São Luiz, Maranhão (D.C. 27-3, pág. 2240).

Em primeira discussão, foi aprovado com emendas o projeto de lei que reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal (D.C. 27-3, pág. 2244).

No Senado Federal

Lida, na hora do expediente, a mensagem presidencial comunicando a oposição de veto ao projeto de lei que altera a lei do imposto de consumo na parte que obriga o negociante varejista a emitir notas de venda (D.C. 24-3, pág. 2086). O Congresso foi convocado para apreciar esse veto no dia 15 de abril.

Chegam ao Senado os projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a abrir crédito especial de vinte e nove milhões e quinhentos mil cruzeiros para as despesas com a desapropriação de bens pertencentes à Companhia Brasileira de Petróleo S.A.; a abrir crédito suplementar de Cr\$ 1.756.974,31 para pagamento de gratificação de representação a Diplomatas; a abrir crédito especial de três milhões de cruzeiros a fim de atender ao pagamento de contribuições devidas pelo D.C.T. no Exterior (D.C. 25-3, pág. 2146).

Aprovado em discussão única o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros para erigir em Salvador um monumento a Maria Quitéria de Jesus. O projeto sobe à sanção (D.C. 25-3, pág. 2180).

Publicados os pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças favoráveis ao cancelamento de débito da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro pela aquisição de prédio e domínio útil do respectivo terreno (D.C. 28-3, pág. 2288).

Da Comissão de Finanças, foram publicados pareceres a projetos de lei que abrem créditos para diversos pagamentos de rotina (D.C. 28-3, pág. 2289).

FÓRÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Brochado da Rocha apresentou projeto de lei que estende a subtenentes, suboficiais e sargentos da ativa do Exército e da Aeronáutica o direito de promoção a 2.^{os} tenentes, garantido pela Lei n.º 1.782, de 24-12-52 (D.C. 27-3, pág. 2232). Encaminhado às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Com o objetivo de assegurar acesso para os sargentos das Forças Armadas à graduação imediata, após completar cinco anos de serviço, foi apresentado projeto de lei pelo deputado Muniz Falcão (D.C. 28-3, pág. 2273).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o Exterior (D.C. 25-3, pág. 2175).

E' aprovado em discussão única e sobe à sanção o projeto de lei que torna extensivas a Capitães Médicos e Oficiais Subalternos Médicos da Reserva de 2.^a classe

do Exército, bem como aos do Exército de 2.^a linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do artigo 6.^o da Lei n.º 1.125, de 1950 (D.C. 25-3, pág. 2183).

Aprovado em discussão única e sobe à sanção o projeto de lei que aplica as disposições do Decreto-lei número 8.442, de 26-12-45, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 26-3, pág. 2220).

O projeto de lei que fixa normas para a prestação do serviço militar pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia foi aprovado e vai à sanção (D.C. 28-3, pág. 2294).

Vai à sanção o projeto de lei que estende vantagens previstas em lei ao tenente Emiliano Amaral de Souza (D.C. 28-3, pág. 2295).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso projeto de lei que isenta de direitos de importação e taxas aduaneiras materiais destinados à Associação Maternidade de São Paulo (D.C. 26-3, pág. 2199). O projeto vai às Comissões de Economia e de Finanças.

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que concede isenção de direito de importação para máquinas importadas pela Cia. Luz e Fôrça S.A., de Marco, Ceará (D.C. 27-3, pág. 2245).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Apresentado projeto de lei que fixa em seis o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências (D.C. 26-3, pág. 2200). Encaminhado à C. de Legislação Social.

Aprovado o substitutivo da Comissão Especial ao projeto de lei que dispõe sobre a duração e condições do trabalho da categoria profissional dos aeronautas (D.C. 27-3, pág. 2243).

O deputado Hildebrando Bisaglia apresentou projeto de lei que estende aos estivadores o regime de férias previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 28-3, pág. 2272).

PESSOAL

No Congresso Nacional

Publicado o parecer da Comissão Especial para conhecer do veto oposto pelo Presidente da República ao projeto de lei que cria cargos no quadro do pessoal do Instituto Joaquim Nabuco (D.C. 24-3, pág. 2063).

Na Câmara dos Deputados

Dispondo sobre o aproveitamento dos candidatos habilitados em concurso de títulos e provas para ingresso na carreira do Ministério Público Federal, mesmo após expirar-se o prazo de validade, apresentou o deputado Benjamin Farah projeto de lei (D.C. 25-3, pág. 2108). Encaminhado às Comissões de Justiça e de Serviço Público Civil.

Aprovada a designação de comissões especiais para relatar os projetos de lei: que aplica aos Corretores, maras Sindicais, Juntas, Bolsas de Mercadorias e Co. Liquidação de todo o país a legislação vigente par trito Federal; e que regula a situação do pessoal. Este último requerimento foi justificado por Fernando Ferrari, que fez referências ao seguintes senho 27-3, pág. 2241).
ficar projeto de e 1947, que estabe-

No Senado Federal

Publicado o parecer da Comissão de Justiça sobre o veto parcial do Prefeito do Distrito Federal ao projeto de lei que concede abono de emergência aos servidores da Prefeitura (D.C. 24-3, pág. 2086). Em discussão única, foi aprovado o veto, com exclusão apenas de um dispositivo. Discutiram a matéria os senadores Ferreira de Souza, Anísio Jobim e outros (D.C. 25-3, pág. 2180).

Aprovada a redação final do projeto de lei que: atualiza a contribuição dos ministros do Supremo Tribunal Federal para o Montepio Civil; aprova a extensão da faculdade de inscrição a membros de outros tribunais federais; estabelece novo cálculo para as pensões na base da nova contribuição; concede reversão, em favor da viúva, das pensões que prescreverem em virtude de maioridade ou morte dos filhos do contribuinte; estabelece novas bases para a determinação dos proventos de aposentadoria e contribuição para o IPASE, dos serventuários titulares de Ofícios de Justiça não remunerados pelos cofres públicos. O projeto vai à Câmara dos Deputados (D.C. 24-3, pág. 2090).

Vai à sanção o projeto de lei que concede um prêmio de cem mil cruzeiros ao agrônomo Gregório Bondar, pelos seus estudos experimentais de plantas nativas, especialmente gomíferas (D.C. 26-3, pág. 2220).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara a mensagem presidencial que propõe a concessão de uma pensão especial ao pescador José Maurílio mutilado em consequência de acidente em serviço (D.C. 25-3, pág. 2102). Encaminhado à C. de Finanças.

Pela Mensagem n.º 105, de 1953, propõe o Presidente da República nova redação para dispositivos da legislação de acidentes do trabalho, com o fim de dirimir dúvidas surgidas por parte do Juízo Privativo de Acidentes do Trabalho e do IAPI (D.C. 25-3, pág. 2102). Encaminhada à C. de Legislação Social.

O deputado Euzébio Rocha apresentou projeto de lei que cria a Comissão Nacional de Levantamento para Construção da Casa Própria do Trabalhador (D.C. 25-3, página 2108). Encaminhado às Comissões de Justiça, Legislação Social, Serviço Público Civil e Finanças.

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que concede pensão especial a Maria de Lourdes Teixeira Brandão, viúva do professor João Carlos Teixeira Brandão. Este projeto suscitou debates de que participaram os Srs. Fernando Ferrari, para discordar do critério seguido nesses casos e fazer um apelo ao Plenário e a Comissão de Finanças, no sentido de pôr um fim a esse regime de exceção; Celso Peçanha, para defender o projeto e outros oradores apartando (D.C. 26-3, pág. 2203).

Aprovado em 1.ª discussão o substitutivo da C.F. ao projeto de lei que concede a Angelina Mures Bolívar, Tereza Cristina Bolívar e Maria Tereza Bolívar, viúva e filhas solteiras do professor Arduino Bolívar, a pensão especial de quatro mil cruzeiros. Falaram Wanderley Júnior e Artur Santos (D.C. 26-3, pág. 2206).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que dispõe sobre o pagamento de auxílio-enfermidade nas Instituições de Previdência Social, com o objetivo de impedir retenção por mais de 15 dias (D.C. 27-3, pág. 2242).

Apresentado o projeto de lei que concede abono de emergência aos beneficiários das Caixas e Institutos de P. Aposentadoria e Pensões (C.C. 28-3, pág. 2.271). Dire

7.ª

SAÚDE PÚBLICA

de janeiro

Exmo. Sen. 31-7-51, pág.

Na Câmara dos Deputados em 1.ª discussão o substitutivo da C.S.P. gina 177) e à ex. que cria o Serviço Nacional de Endemias do D.A.S.P., tamt 2241).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Jaime Ferreira apresentou à Mesa projeto que determina a construção de aterros-barragens nas estradas de ferro e de rodagem em construção e a serem construídas, assim como a transformação dos atuais aterros das estradas em tráfego, em barragens, nas regiões do Nordeste assoladas pela seca (D.C. 24-3, pág. 2068). Encaminhado às C.P.S., C.T.C.O.P. e C.F.

Para conclusão das obras de construção do aeroporto de Reserva, Estado do Paraná, o deputado Ostojá Roguski apresentou projeto de lei que autoriza a abertura do crédito de quinhentos mil cruzeiros (D.C. 28-3, página 2272).

A fim de corrigir erro na citação de decreto, o deputado Adroaldo Costa apresentou projeto de lei que retifica a Lei n.º 1815, de 1953, que beneficia empresas nacionais de navegação aérea (D.C. 28-3, pág. 2273).

No Senado Federal

O senador Olavo de Oliveira apresentou projeto de lei que assegura prioridade de embarque, na navegação de cabotagem, às madeiras destinadas à construção dejangadas (D.C. 25-3, pág. 2180).

OUTROS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Em reunião realizada no dia 24 de março, foi instalada a Comissão de Economia.

Publicados no Diário do Congresso de 24-3, os projetos de resolução que concedem licenças aos deputados Gama Filho, Pessoa Guerra e Alcides Carneiro. Esses projetos foram aprovados na sessão de 24-3 (D.C. 25-3, pág. 2114).

Publicada no Diário do Congresso de 25-3 a relação dos deputados em exercício do mandato, por ordem alfabética e por Estados, com indicação da legenda.

Instalaram-se a 25 do corrente as Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde Pública, do Serviço Público Civil e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, a 26, a de Diplomacia, Educação e Cultura e Legislação Social.

Publicado no D.C. de 26-3 o projeto de resolução que concede licença ao deputado Lício Borralho. Aprovado em 26-3 (D.C. 27, pág. 2239).

Rejeitado o requerimento de convocação do Ministro da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre fatos argüidos pelo cel. Severino Sombra (D.C. 27-3, pág. 2241).

Aprovadas parte das emendas do Senado ao projeto de lei que fixa a divisão administrativa e judiciária do Acre (D.C. 27-3, pág. 2245).

Publicados no D.C. de 28-3 os projetos de resolução que concedem licenças aos deputados Walter Athaide, Philadelpho Garcia e Euvaldo Lodi.

O deputado Herbert Levy e outros requerem a convocação do Ministro da Aeronáutica para esclarecimentos sobre a troca de algodão por aviões a jato (D.C. 28-3, pág. 2271).

Aprovado requerimento de suspensão dos trabalhos durante a Semana Santa. Debateram o requerimento Ari Pitombo, Arruda Câmara, Nestor Duarte e Arnaldo Cerdeira.

No Senado Federal

Instalaram-se no dia 24 as Comissões de Constituição e Justiça, do Serviço Público Civil e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Publicado o artigo de Renato Travassos sobre a vida de Gustavo de Lacerda (D.C. 25-3, pág. 2184).

Instaladas as Comissões de Economia, Educação e Cultura, de Segurança Nacional no dia 21; no dia 20, Saúde Pública, 23 C.R.

Aprovado e encaminhado à C.R. o projeto de lei que modifica o artigo 140 do Código de Processo Civil (D.C. 28-3, pág. 2294).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 23 de março falaram os seguintes oradores: Jorge Lacerda sobre ato da Superintendência da Moeda e do Crédito, julgado pelo orador prejudicial à imprensa do país; Ostojá Roguski, sobre o presença, no Rio, do governador Munhoz da Rocha, durante a qual foi assinado convênio para aproveitamento, pelo CNP, do xisto betuminoso de Irati, e convênio com o FCP para construção de quinhentas casas operárias, além da aquisição no estrangeiro de 10.000 toneladas de asfalto; Vieira Lins no mesmo sentido; Pereira da Silva para congratular-se com o Governo pela autorização dada para compra de nove navios destinados à navegação na Amazônia; Ribeiro dos Santos para um apelo ao Governo no sentido de resolver a situação de câmbio para a indústria do fumo; Dilermando Cruz sobre distribuição de forragem ao Estado de Minas; Félix Valois, sobre as atividades do SAMDU; Arruda Câmara sobre política de seu Estado e eleições em São Paulo; Raimundo Padilha para discorrer sobre a mensagem presidencial ao Congresso, especialmente o capítulo "Da política Econômico-Financeira"; Gurgel do Amaral sobre a situação do porto do Rio, especialmente a greve parcial dos portuários; Amando Fontes sobre o falecimento de Graciliano Ramos; Medeiros Neto para ler carta do brigadeiro Guedes Muniz sobre assuntos da Fábrica Nacional de Motores e tratar das secas do Nordeste; Artur Santos para dar conhecimento da situação da rodovia Ponta Grossa a Foz do Iguaçu.

Falaram, na sessão de 24 de março, os seguintes oradores: Dilermando Cruz sobre a anunciada transferência de local da futura cidade atômica de Minas para São Paulo; Chagas Rodrigues para protestar contra a demora no início do financiamento do agave, algodão e carnaúba, Celso Peçanha para protestar contra a retenção de mercadorias nas fontes de produção, fato que atribui à COFAP; Muniz Falcão para tecer elogios a funcionários da Mesa, a propósito de críticas publicadas na imprensa; Pessoa Guerra, para um apelo ao Diretor-Geral do DASP no sentido de solucionar expediente do M.A. que trata do pagamento de abono de emergência a empregados de Postos Agropecuários; Herbert Levi para apresentar novo Código de Propriedade Industrial, elaborado pelo professor João da Gama Cerqueira; Ari Pitombo para ler telegrama que comunica agressão a autoridade administrativa em Alagoas; Joel Presídio, para solicitar inscrição a fim de defender-se de acusações à sua pessoa; Bilac Pinto, para criticar a mensagem presidencial ao Congresso, parte econômico-financeira; Flores da Cunha, sobre compra de café pela C.F.P., assunto objeto de requerimento apresentado; Tristão da Cunha, sobre regime presidencialista e parlamentarista; Nelson Omegna sobre a estiagem em São Paulo e conseqüente queda na produção de energia elétrica; fechamento de fábricas em virtude de política cambial adotada pela CEXIM; motins de trabalhadores agrícolas na zona rural de São Paulo e outros assuntos relacionados com a economia bandeirante; Muniz Falcão, a propósito de violências que teriam ocorrido em Alagoas; Euzébio Rocha sobre o discurso de Euvaldo Lodi nos E.U.A.; Tenório Cavalcanti, sobre inquérito e demissões no D.N.E.R.; e, finalmente, Nestor Duarte, Moura Andrade e Artur Santos, para questões de ordem.

O deputado Orlando Dantas proferiu discurso que, entretanto, não foi publicado.

Na sessão de 25 de março, usaram da palavra: Muniz Falcão, para reclamar pagamento de abono de emergência aos servidores do IBGE; Vieira Lins, para um apelo ao P.R. no sentido da melhoria das condições de transporte

pela estrada Guarapuava a Ponta Grossa; Getúlio Moura sobre não pagamento de gratificação adicional na E.F.C.B.; Dilermando Cruz, para ler ofício de apoio a projeto de sua autoria; Negreiros Falcão para um apelo ao D.C.T., no sentido de obter reabertura de agências postais na Bahia; Freitas Cavalcanti, para inclusão na ordem do dia de projeto de lei que classifica no padrão "O" cargos de Professor das Faculdades de Direito de Alagoas e de Medicina e Cirurgia do Ceará; Celso Peçanha, para solicitar pronunciamento rápido da Casa sobre projeto de lei; Euzébio Rocha, sobre exportação de areia monazítica; Magalhães Pinto, sobre pagamento de abono a funcionários do IBGE; e Pessoa Guerra, que leu telegramas de apoio a projeto de sua autoria.

Nelson Omegna e Roberto Moura e Aloísio Alves, proferiram discursos que serão publicados depois.

Publicados os discursos proferidos pelos deputados Orlando Dantas, Nestor Jost e Lima Figueiredo, o primeiro tratando de fatos ligados ao inquérito para apurar atividades subversivas nas Forças Armadas; o segundo sobre produção e comércio de arroz e o último para criticar a administração do atual diretor da Noroeste do Brasil (D.C. 26-3).

Falaram na sessão de 27 de março: Vieira Lima, sobre perseguições sofridas por empregados da Rede Viação Paraná-Santa Catarina; Ari Pitombo, para desautorar publicação na imprensa sobre política de seu Estado; Mendonça Júnior sobre não cumprimento de determinações do Presidente da República a respeito de obras no Estado de Alagoas; André Araújo, para ler artigo de Carlos Lacerda sobre as eleições em São Paulo; Muniz Falcão para ler requerimento em que pede informações a respeito de isenção de direitos de importação à Nitroquímica Brasileira; Carmelo D'Agostini sobre demissões na Noroeste do Brasil; Adahil Barreto para ler telegrama da Associação Comercial de Sobral, contrário a projeto de moratória, do deputado Muniz Falcão; Herbert Levi, para apresentar requerimento de informações sobre a compra de aviões a jato e debater as eleições de São Paulo, o que foi feito também por Osvaldo Orico, Arnaldo Cerdeira, Arruda Câmara, Frota Aguiar e Nelson Carneiro; Adolfo Gentil, sobre problemas da economia nacional, referindo-se à importação de capitais, petróleo brasileiro, excesso de funcionalismo público, café, mamona e outros.

Publicados os discursos dos deputados Nestor Jost, Nelson Omegna, Dilermando Cruz, pronunciados na sessão de 25 de março os dois primeiros e 18 de março o último. (D.C. 27-3, pág. 2251).

Falaram, na sessão de 27 de março: Mendonça Júnior, para pedir a construção de cais de proteção, em Pedras, Alagoas; Armando Falcão, para ler memorial de funcionários da C.E.F. Ceará que reclamam andamento de projeto que cria o Instituto dos Economistas; Dantas Júnior para criticar a ação da FIBAN; Antônio Correia, sobre reclamações de funcionários do IBGE que não recebem abono de emergência; Benjamin Farah, quanto ao pessoal da U.B.; Muniz Falcão, para rebater pronunciamentos contrários a projeto de sua autoria com a leitura de outros favoráveis; Armando Falcão, para discorrer sobre a situação econômica e a política nacional; Moura sobre o regimento especialmente quanto ao uso; Celso Peçanha sobre problemas do ensino (pelo senador Brasil).

Publicados os discursos proferidos pelo dr. João Vilas-deiros Neto, nas sessões de 25 e 26 de março da unificação dos de Processo Civil (pág. 2.286).

No Senado Federal

Projeto de lei do Senado, em monumento que perpetue os nomes Rodrigues da Fonseca e da vice-presidência da Casa e questões para o Senado; Kergina sobre o problema da seca, especialmente sobre a importação e sobre as medidas aconselháveis falaram os seguintes senhores: para justificar projeto de Lei n.º 86, de 1947, que estabele-

Gomes de Oliveira, sobre a Convenção Nacional do P.T.B. aproveitando para ler tópicos do discurso do Presidente daquela agremiação; Ferreira de Souza para ler carta de seu colega João Vilasboas a propósito de notícia publicada na T. Imprensa.

Falaram na sessão de 24 de março os seguintes oradores: Mozart Lago, sobre mensagem presidencial relacionada com o espólio Henrique Lage; Olavo Oliveira para falar sobre reivindicações de pescadores do Nordeste, agravante da seca e atividades desenvolvidas pela C.A.N.; Onofre Gomes para ler telegrama do governador Raul Barbosa sobre as secas, ocasião em que externou a sua opinião sobre o problema da estiagem; Ismar de Góis sobre o não pagamento de abono de emergência a funcionários da Inspetoria Regional de Estatística de Alagoas; e Vitorino Freire, a propósito do incidente João Mangabeira-Augusto Frederico Schmidt, para ler artigo deste último.

Publicado o discurso proferido por Assis Chateaubriand na sessão de 24 de março (D.C. 26-3, pág. 2221).

Falaram na sessão de 26 de março: Apolônio Sales, para discorrer sobre o aproveitamento do carvão e outros assuntos; Ivo d'Aquino para comunicar a escolha do Senador Álvaro Adolfo para líder do P.S.D.; Álvaro Adolfo, Hamilton Nogueira, Atilio Viváqua, Euclides Vieira, Kerginaldo Cavalcanti, Domingos Velasco, Gomes de Oliveira e Novais Filho para enaltecer a atuação do Senador Ivo d'Aquino como líder do P.S.D. O Senador Assis Chateaubriand proferiu discurso que será publicado depois.

Falaram na sessão de 27 de março: Hamilton Nogueira, sobre o justicialismo na Argentina; Onofre Gomes para focalizar o drama dos nordestinos e ler páginas de Rachel Queiroz; Alfredo Neves para um apelo em favor da reestruturação da carreira dos médicos e Othon Mader sobre pagamento de abono ao pessoal da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem presta informações sobre relatório de suas atividades referente ao exercício de 1951 (D.C. 24-3, pág. 2066).

Recebidas as informações do Departamento dos Correios e Telégrafos sobre entrega de valores declarados e criação de agência postal na localidade de Ribeirão dos Índios (D.C. 24-3, pág. 2067).

Em ofício à Secretaria da Câmara o Ministério da Educação e Saúde declara que nada tem a opor ao projeto de lei que autoriza doação de imóveis à Sociedade Beneficente de Palmeira dos Índios (D.C. 24-3, pág. 2067).

Foram apresentados requerimentos de informação solicitando: qual o montante da importância entregue à Prefeitura Municipal de Belém para construção da Rodovia Belém-Vila de Mosqueiro; qual a aplicação dada aos recursos provenientes da "Caixa Especial" criada para socorrer populações atingidas pelas secas; importação de de quatro pagamento pelo Departamento de Estradas de Artur Santo, o Pará da cota do fundo rodoviário nacional. Aprovados os municípios (D.C. 24-3, pág. 2068).

Em ofício ao 1.º Secretário, o Ministro da Fazenda objetivo de impenhamento à doação de imóvel a uma associação (D.C. 27-3, pág. 2242), pertencer este à E.F.C.B., atualmente

Apresentado para a Câmara o projeto de lei que cria o Serviço de Emergência aos Beneficiários da Previdência Social (D.C. 25-3, pág. 2102).

P. Aposentadoria e Pensão. Transmite à Câmara o parecer sobre a abertura do crédito de cinco milhões para a construção da estação da R.F.N.

SAÚDE

Na Câmara dos Deputados apresentou projeto de lei que altera a legislação relativa à propriedade industrial da República em 1.ª discussão. Encaminhado às C.C.J. (D.C. 24-3, pág. 2177) e à Comissão Especial que cria o Serviço de Emergência aos Beneficiários da Previdência Social (D.C. 24-3, pág. 2241).

Apresentado projeto de lei que reconhece a utilidade pública da Câmara Brasileira do Livro (D.C. 25-3, página 2108). Encaminhado às C.C.J. e C.E.C.

A Secretaria da Presidência da República encaminha informações sobre concessão das jazidas de manganês de Urucun, Mato Grosso (D.C. 26-3, pág. 2198).

A COFAP presta informações sobre compra de gado bovino na Argentina e no Uruguai (D.C. 26-3, pág. 2198).

Recebidas as informações do M.F. sobre irregularidades na concessão de licença para importação de máquinas de terraplanagem (D.C. 26-3, pág. 2198).

O Ministério da Fazenda para atender a requerimento do deputado Pascoal Barroso, prestou informações sobre a aplicação do "Fundo de Socorro" contra as Secas do Nordeste" (D.C. 26-3, pág. 2198).

O Conselho Nacional de Economia encaminhou à Câmara informações sobre projetos de lei que dispõem sobre isenção de direitos em favor de Serraria Americana Salim M. Maliu S.A. e Vidrosa Fabricação Brasileira de Vidro S.A. (D.C. 26-3, pág. 2199).

Em informações encaminhadas pelo M.F., o Serviço do Pessoal pronuncia-se contrário a fins do projeto de lei que restabelece antigos limites para consignações em folha de pagamento (D.C. 27-3, pág. 2231).

No Senado Federal

O Ministério da Agricultura apresenta informações a respeito de embarque de monazita, pelo porto de Vitória, esclarecendo que a exportação desse minério está sob a fiscalização militar e controle do C.N.P. (D.C. 24-3, pág. 2086).

Recebidos os esclarecimentos da CEXIM sobre importação de medicamentos em geral e matérias-primas para a indústria farmacêutica (D.C. 27-3, pág. 2254).

O Senador Alencastro Guimarães requer informações ao Poder Executivo sobre o número de vítimas de acidentes na E.F.C.B. e sobre a compra de material para aquela estrada. (D.C. 28-3, pág. 2293).

No Senado Federal

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Apresentado pelo senador Vivaldo Lima, e encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, é lido na hora do expediente da sessão de 30 de março o projeto de lei que dá nova redação a dispositivo da Lei n.º 86, de 1947, que estabelece medidas adequadas para a assistência econômica da borracha natural brasileira (D.C. 31-3, pág. 2302).

AMPARO AOS NORDESTINOS

O senador João Vilasboas apresentou projeto de lei, que foi encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Saúde Pública e de Finanças, regulando o amparo às famílias que fogem aos efeitos da seca do Nordeste, facilitando-lhes transporte; hospedagem nesta capital e nas localidades para onde se destinem; assistência médica, farmacêutica e hospitalar; localização nos núcleos coloniais e nas propriedades agrícolas e industriais de particulares; e fiscalização e proteção nos núcleos e propriedades em que foram localizadas (D.C. 31-3, pág. 2307).

CONTRATOS PÚBLICOS

Promulgado o decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre a União Federal e a Empresa de Engenharia Ceip Ltda., para execução do levantamento topográfico e elaboração da planta cadastral.

tral da orla marítima da Ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara, Distrito Federal (D.C. 31-3, pág. 2297).

Publicada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Bavag S.A. de Comércio Internacional, para fornecimento de material destinado à impressão de selos (D.C. 31-3, pág. 2301).

Lidos na hora do expediente da sessão de 30 de março os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, ao projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre a União Federal e Giovanni Grassi para desempenhar, na Fábrica de Artilharia da Marinha, as funções de Técnico em Ótica. (D.C. 31-3, pág. 2301).

Da Comissão de Redação, foi publicado o texto do decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e José Pedro de Oliveira, para arrendamento de próprio nacional (D.C. 31-3, pág. 2302).

Em discussão única, foram aprovados na sessão de 30 de março os seguintes projetos de decretos legislativos: determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Governo do Estado da Bahia para intensificação da assistência psiquiátrica naquele Estado; mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Serviço Regional de Obras da 5.^a Região Militar do Exército e a firma Th. Marinho de Andrade, Construtora Paraná S.A., para construção de um reservatório de água; aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Ltda., para o fornecimento de duas locomotivas de manobras; aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia. para construção da segunda etapa da Linha Tronco Sul entre as capitais de São Paulo e Paraná; e aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma José Brito para a construção de um pavimento destinado ao pôsto de Lubrificação dos carros do D.C.T. (D.C. 31-3, pág. 2309).

Na mesma sessão foram rejeitados os seguintes projetos de decretos legislativos: autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Guilherme Gomes Carneiro, para desempenhar a função de Professor de Química do Curso Fundamental, na Escola de Especialização da Aeronáutica; e determina que o Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Aerozita Wood Bravo, para desempenhar a função de operadora de serviços mecanográficos, na Divisão de Cadastro e Estatística Mecanizada (D.C. 31-3, pág. 2309).

Aprovada a redação final dos projetos de decretos legislativos que: aprova o contrato e o termo aditivo celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de dutos em Santos; e aprova o contrato e o termo aditivo celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goiana, para construção da sede da Estação Rádio Receptora e residência nos terrenos de Alencarina e Maraponga, no Estado do Ceará. Os projetos vão ser promulgados (D.C. 1-4, pág. 2322).

DIPLOMACIA E TRATADOS

Lidos na hora do expediente da sessão de 30 de março os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores, e de Finanças aos projetos de decretos legislativos que: aprova o texto do Convênio Cultural celebrado entre o Brasil e o Egito, assinado em Alexandria em 8-9-51; e aprova o texto do Convênio Cultural celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington a 17-10-1950 (D.C. 31-3, pág. 2302).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Publicado o parecer da Comissão Especial designada para conhecer do veto aposto pelo Presidente da República ao projeto de lei que altera a lei do imposto de consumo na parte que obriga o negociante varejista a emitir notas de venda (D.C. 31-3, pág. 2297).

A Comissão de Finanças emitiu parecer favorável aos projetos de lei que: autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial para atender ao pagamento de proventos de aposentadoria a cargo da Administração do Território do Rio Branco; e autoriza a abertura pelo Ministério da Justiça, de crédito suplementar ao orçamento de 1952, para pagamento de despesas com iluminação, força motriz e gás (D.C. 31-3, pág. 2301).

FÔRÇAS ARMADAS

Rejeitado em discussão única o projeto de lei que reabre, por 60 dias, a vigência do artigo 12, da Lei n.º 231, de 6 de fevereiro de 1948. O referido artigo 12 estabelece que os oficiais do quadro A (oficiais que combateram a revolução de 1930) que houverem ingressado no quadro ordinário, em virtude de promoção por merecimento, poderão voltar ao primeiro, desde que o requeiram dentro de sessenta dias, a partir da publicação da lei. No encaminhamento da votação, falaram os senadores: Ivo d'Aquino, pela rejeição; Ismar de Goes, pela aprovação, embora concordando, em parte, com as ponderações de Ivo d'Aquino; Atílio Vivacqua, pela aprovação; (D.C. 31-3, página 2308).

Vai a imprimir o parecer da Comissão de Finanças, contrário a emendas da Comissão de Justiça, ao projeto de lei que faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio, em corpos de tropa e estabelecimentos militares, de oficiais subalternos médicos da reserva de 2.^a classe. O pronunciamento da Comissão de Finanças é no sentido de abreviar a aprovação do projeto, entregando à Comissão de Redação a correção dos nomes de repartições do Exército que figuram no avulso com incorreções (D.C. 1-4, página 2318).

Em consequência de requerimento de audiência dos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, foi retirado da ordem do dia o projeto de lei que melhora a inatividade remunerada dos terceiros e segundos sargentos das Forças Armadas, com mais de 25 anos de serviço (D.C. 1-4, pág. 2321).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Aprovado em primeira discussão na sessão de 31 de março o projeto de lei do Senado que modifica disposição do Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, que cria uma receita especial destinada ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos portos organizados (D.C. 1-4, pág. 2321).

OUTROS ASSUNTOS

Aprovado o pedido de licença solicitado pelo senador Sívio Curvo (D.C. 31-3, pág. 2307).

Em virtude de requerimento do senador João Vilasboas, foi eleita a comissão encarregada da unificação dos projetos de lei que alteram o Código de Processo Civil (D.C. 1-4, pág. 2321).

Com emenda, foi aprovado o projeto de lei do Senado que autoriza a ereção de um monumento que perpetue a memória do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (D.C. 1-4, pág. 2321).

DISCURSOS

Na sessão de 30 de março falaram os seguintes senhores senadores: Vivaldo Lima, para justificar projeto de sua autoria que altera a Lei n.º 86, de 1947, que estabe-

lece medidas adequadas para a assistência econômica da borracha natural brasileira; Bernardes Filho, para, em resposta ao discurso do senador Assis Chateaubriand, discorrer sobre o caso da Itabira Iron Co. Limited; Domingos Velasco, para comentar a decisão da Superintendência da Moeda e do Crédito que, segundo o noticiário da imprensa, havia tomado a decisão de revogar as instruções n.ºs. 34 e 36, destinadas a tabelar os juros de depósitos em bancos, ocasião em que o orador aludiu ao chamado "mercado negro de depósitos" e às operações bancárias com finalidades de sonegação do imposto de renda; e Onofre Gomes, para ler correspondência do Nordeste sobre a situação dos flagelados pelas secas.

Publicado no Diário do Congresso de 31 de janeiro o discurso pronunciado pelo senador Assis Chateaubriand na sessão de 25 do mesmo mês, no qual analisou o discurso do Sr. Euvaldo Lodi.

Como primeiro orador inscrito para falar na sessão de 31 de março, o senador Ivo d'Aquino ocupou a tribuna para discorrer sobre o recente Acôrdo Comercial entre o Brasil e a Argentina e a compra de milho, no exterior, pela COFAP, ocasião em que o orador apresentou restrições a essas duas transações. Falaram ainda nessa sessão os senadores: Domingos Velasco, para dizer sobre a prisão do major Júlio César Machado de Oliveira e protestar contra a incomunicabilidade em que permanece esse oficial, já levantada pelo Superior Tribunal Militar; e Mozart Lago, sobre a instituição de "creches" e berçários nas repartições públicas federais.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Para atender a requerimento do senador Alberto Pasqualini, a Companhia Siderúrgica Nacional presta informações sobre dispensa de alguns empregados dessa empresa industrial (D.C. 31-3, pág. 2300).

ABONO DE EMERGÊNCIA NO PODER JUDICIÁRIO

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão de 10 de abril o projeto elaborado pela Comissão de Finanças que estende os dispositivos da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e de Acidentes do Trabalho e Júri dos Crimes Contra a Economia Popular, no Distrito Federal, e aos serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, com pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e da Comissão de Serviço Público Civil favorável. O substitutivo referido estabelece em seu artigo 2.º que a modificação do quadro de pessoal, a alteração dos valores dos símbolos, classes ou padrões de vencimentos ou a reestruturação de funcionários, nas Secretarias e serviços auxiliares dos órgãos do Poder Judiciário, será sempre feita em lei mediante proposta do Tribunal (D.C. 11-4, págs. 2575-2598).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de quarenta milhões de cruzeiros destinado a atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acôrdo com o estabelecido na Lei n.º 1.168, de 2-8-50, foi distribuído ao deputado José Bonifácio (D.C. 7-4, pág. 2329).

O deputado Osvaldo Fonseca apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito espe-

cial até o limite de sessenta milhões de cruzeiros para pagamento de indenização aos produtores de leite consumido no Distrito Federal (D.C. 8-4, pág. 2461).

O deputado Herbert Levy apresentou projeto de lei que estabelece normas reguladoras do comércio exterior, cria a Taxa de Defesa Econômica e os Fundos de Melhoria de Produção Rural e de Recuperação da Lavoura Cafeeira e dá outras providências (D.C. 11-4, pág. 2630).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que concede para os adubos em geral, sementes, inseticidas e fungicidas, o subsídio total dos fretes ferroviários, marítimos e fluviais, nas empresas nacionais de transportes no País, através do Ministério da Agricultura, para a reestruturação e conservação do solo, foi distribuído ao deputado José Bonifácio (D.C. 7-4, pág. 2329).

Com emenda do Senado, foi lido o projeto de lei que concede um auxílio de quinhentos mil cruzeiros ao Instituto Baiano do Fumo, pela realização do I Congresso Nacional do Fumo (D.C. 7-4, pág. 2330).

Com substitutivo da Comissão de Finanças, foi lido na hora do expediente o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de duzentos e cinquenta mil cruzeiros para atender às despesas com a realização da III Conferência Nortista de Tisiologia (D.C. 7-4, pág. 2332).

O projeto de lei que autoriza a concessão de um auxílio de cem mil cruzeiros para a Associação Rural de Dom Pedrito concluir a construção de um parque de exposição mereceu parecer contrário da Comissão de Finanças (D.C. 8-4, pág. 2380).

O deputado Campos Vergal apresentou projeto de lei que abre um crédito especial de novecentos mil cruzeiros para distribuição, a título de auxílio, a diversas instituições de assistência social, sediadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco (D.C. 8-4, pág. 2460).

Aprovado em primeira discussão o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto de lei que concede um auxílio de duzentos e cinquenta mil cruzeiros para atender às despesas com o custeio da III Conferência Nortista de Tisiologia, a se reunir na cidade de Manaus (D.C. 9-4, pág. 2517).

Com parecer da Comissão de Finanças à emenda de discussão, foi a imprimir o projeto de lei que inclui a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal (D.C. 11-4, pág. 2608).

O projeto que autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de dois e meio milhões de cruzeiros ao II Congresso Latino-Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia foi a imprimir com parecer favorável, reduzindo a importância, da Comissão de Finanças (D.C. 11-4, página 2608).

Mereceu parecer favorável da Comissão de Finanças o projeto de lei que concede o auxílio de trezentos mil cruzeiros para a realização de um Congresso Eucarístico em Cuiabá (D.C. 11-4, pág. 2610).

O deputado Novelli Júnior apresentou projeto de lei que concede à Associação Paulista de Combate ao Câncer a subvenção anual de dois milhões de cruzeiros destinado à formação de técnicos cancerologistas (D.C. 11-4, página 2619).

Para atender às despesas com o V Congresso Nacional dos Jornalistas, na cidade de Curitiba, no corrente ano, o deputado Manoel Ribas apresentou projeto de lei que concede o auxílio de seiscentos mil cruzeiros (D.C. 11-4, pág. 2620).

No Senado Federal

Rejeitado em discussão única o projeto de lei da Câmara que concede subvenção anual à Escola Apostólica do Colégio do Caraca, Minas Gerais. O fundamento da rejeição é o de que tais subvenções devem figurar no orçamento geral da União (D.C. 8-4, pág. 2493).

Aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (D.C. 8-4, pág. 2494).

CONTRATOS PÚBLICOS*Na Câmara dos Deputados*

Lida a redação final do projeto de lei que aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico, para fornecimento de um alternador e um transformador (D.C. 11-4, pág. 2574).

No Senado Federal

Aprovadas as redações finais dos seguintes projetos de decretos legislativos: aprova o contrato e o termo aditivo celebrado entre o DCT e o engenheiro Hamilton Nolasco, para execução de serviços de empreitada; aprova o contrato celebrado entre o M.Ae. e a Prefeitura de Cachoeiro do Itapemirim, para obras no Aeroporto daquela cidade; aprova o contrato e o termo aditivo celebrado entre o DCT e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de um linha de dutos subterrâneos em Campinas, São Paulo; e aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Bawag S.A. de Comércio Internacional para fornecimento de equipamento para impressão de selos (D.C. 8-4, págs. 2495-96).

Foi aprovado em discussão única o projeto de decreto legislativo que mantém a decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro do termo de contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e Saúde e a firma Malheiros & Cia. (D.C. 8-4, pág. 2495).

Vão a imprimir as redações finais dos seguintes projetos de decretos legislativos: determina o registro pelo T.C. do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Governo da Bahia, para intensificação da assistência psiquiátrica; mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao termo do contrato celebrado entre o Serviço Regional de Obras da 5.^a R.M. e a firma Th. Marinho de Andrade, Construtora Paraná S.A. para construção de um reservatório de água; mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao termo do contrato celebrado entre o D.N.P.R.C. e a firma Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Ltda.; mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao termo do contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S.A. para obras no Pavilhão de Cursos do Instituto Osvaldo Cruz; aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Byington & Cia. para construção da segunda etapa da Linha Tronco Sul entre São Paulo e Curitiba; aprova o contrato celebrado entre o DCT e Artur Guedes para aluguel de imóvel; aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma José Brito para a construção de um pavilhão destinado ao posto de lubrificação de carros; aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Campos Bruder Ltda. para a construção da estação terminal de Guarulhos, São Paulo; e aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Paulo Augusto Coyana para construção de uma linha de dutos (D.C. 11-4, página 2656).

Aprovados em discussão única os seguintes projetos de decretos legislativos: mantém a decisão do T.C. que negou registro ao acordo celebrado entre a União Federal e o Governo do Paraná para instalação de uma escola de iniciação agrícola em Irati; mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do contrato celebrado entre a D.O.

do Ministério da Educação e a firma Construtora J. Patrício Ltda. para obras no Conservatório de Canto Orfeônico; autoriza o T.C. a registrar o contrato de empreitada celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e a firma Construtora Mantiqueira S.A. para execução de obras de pequeno vulto no Pavilhão dos Cursos do Instituto Osvaldo Cruz (D.C. 11-3, pág. 2665).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos de decretos legislativos: mantém a decisão do T.C. denegatória de registro ao termo aditivo de retificação e ratificação do contrato entre o D.I.N. e a I.B.M. World Trade Corporation para locação dos serviços de máquinas elétricas de contabilidade; aprova o contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções S.A. para execução de obras na Colônia Juliano Moreira; e da redação final do projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e José Pedro de Oliveira para arrendamento de próprio nacional (D.C. 11-4, pág. 2666).

DESAPROPRIAÇÕES*Na Câmara dos Deputados*

Com pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que desapropria as jazidas de manganês existentes no Município de Lafaiete, Minas Gerais (D.C. 8-4, pág. 2378).

DIPLOMACIA*No Senado Federal*

Discutido o parecer da Comissão de Relações Exteriores à mensagem presidencial que propõe a designação do diplomata Fernando Lôbo para o cargo de delegado do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (D.C. 7-4, pág. 2355).

Discutido na sessão de 6 de abril o projeto de decreto legislativo que aprova o Acôrdio sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, firmado pelo Brasil em 22 de setembro de 1949. A matéria suscitou amplos debates, não chegando a encerrar-se a discussão (D.C. 7-4, pág. 2355). Em virtude de emenda lida na sessão de 7 de abril, o projeto, após encerrar-se a discussão, voltou às Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Finanças (D.C. 8-4, pág. 2494).

Chega ao Senado o texto do Acôrdio Comercial entre o Brasil e a Argentina (D.C. 11-4, pág. 2652).

Publicada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova a Convenção relativa ao reconhecimento internacional dos direitos sobre aeronaves (D.C. 11-4, pág. 2656).

EDUCAÇÃO E CULTURA*No Senado Federal*

Encerrada a discussão única do projeto de lei da Câmara que institui no Ministério da Educação e Saúde o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Cultura (D.C. 11-4, página 2666).

FINANÇAS E ORÇAMENTO*Na Câmara dos Deputados*

Distribuído, na Comissão de Finanças, ao deputado Carlos Luz, o projeto de lei que reestrutura o serviço da Dívida Interna Fundada Federal (D.C. 7-4, pág. 2329).

Encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sobre a denominação dos estabelecimentos bancários (D.C. 7-4, pág. 2342).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza a abertura do crédito especial de três milhões e meio de cruzeiros para despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Pousio e Recuperação em Pirapora e Monte Azul. (D.C. 8-4, pág. 2380).

Em virtude de requerimento da Comissão de Finanças, foi retirado da ordem do dia o projeto de lei que dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, eleva os limites dos prêmios de aquedagem por cooperação e dá outras providências (D.C. 9-4, pág. 2517).

Com pareceres das Comissões técnicas, vão a imprimir diversos projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, que autorizam a abertura de créditos suplementares. Também vai a imprimir projeto de lei de abertura de crédito especial ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, para pagamento de gratificação adicional (D.C. 11-4, pág. 2611).

Lido na hora do expediente o projeto de lei do Poder Executivo que retifica a Lei n.º 1.757, de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1953, no Anexo do Ministério da Justiça (D.C. 11-4, pág. 2615).

O projeto de lei do Poder Executivo que abre crédito especial para atender a despesas devidas pelo Loide Brasileiro foi lido na hora do expediente da sessão de 10 de abril (D.C. 11-4, pág. 2616).

Publicado o projeto de lei do deputado Tarso Dutra que dispõe sobre o pagamento de dotações consignadas no orçamento a instituições de assistência social ou educacional. (D.C. 11-4, pág. 2630).

No Senado Federal

O presidente da Comissão de Finanças, em uma das últimas reuniões desse órgão técnico, designou os seguintes relatores para os diversos anexos do Orçamento da União: Receita — Plínio Pompeu; Congresso Nacional — Domingos Velasco; Tribunal de Contas — Durval Cruz; Presidência da República e órgãos subordinados — Ismar de Góes; Ministério da Aeronáutica — César Vergueiro; Ministério da Agricultura — Apolônio Sales; Ministério da Educação e Saúde — Matias Olímpio; Ministério da Fazenda — Durval Cruz; Ministério da Guerra — Pinto Aleixo; Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Victorino Freire; Ministério da Marinha — Carlos Lindenberg; Ministério das Relações Exteriores — Valter Franco; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Alberto Pasqualini; Ministério da Viação e Obras Públicas — Álvaro Adolfo; Poder Judiciário — Veloso Borges; Plano SALTE — Álvaro Adolfo (D.C. 7-4, pág. 2349).

FÔRÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

Foi encaminhado às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças o projeto de lei que assegura promoção periódica aos sargentos das Forças Armadas (D.C. 7-4, pág. 2342).

Com pareceres contrários das Comissões de Educação e Cultura, de Segurança Nacional e de Finanças, é lido na hora do expediente o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para a construção de um *stadium* e um tiro de guerra, em Alagoinhas, Bahia (D.C. 8-4, pág. 2375).

O deputado Ranieri Mazzilli apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo, a restabelecer os Tiros ns. 11, 598 e Tiro Naval de Santos, Estado de São Paulo (D.C. 11-4, pág. 2632).

No Senado Federal

Aprovado sem emendas e encaminhado à sanção o projeto de lei que faculta ao Ministro da Guerra promo-

ver o estágio em Corpos de Tropa e Estabelecimentos do Exército de Oficiais Subalternos, médicos da reserva de 2.ª classe (D.C. 7-4, pág. 2354).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Vai a imprimir o projeto de lei que isenta do imposto do selo os contratos de compra e venda ou de fornecimento de mercadorias para fins mercantis, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Economia e contrário da de Finanças (D.C. 8-4, pág. 2375).

Emendado pelo Senado, volta à Câmara o projeto de lei que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens, destinados, respectivamente, à Igreja do Seminário Cristo-Rei, de Camaragibe, e ao Colégio São José do Recife (D.C. 8-4, pág. 2377).

Com emendas do Senado, é lido na hora do expediente o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras às tortas e farinhas de carne destinadas à alimentação de pequenos animais. A Comissão de Finanças manifesta-se favoravelmente às emendas (D.C. 8-4, pág. 2378).

O deputado Arnaldo Cerdeira apresentou projeto de lei que isenta de quaisquer impostos as importações de sacaria de juta, usada ou de retorno ao estrangeiro, feitas durante os anos de 1947 e 1948, destinada à embalagem dos produtos de exportação e dá outras providências (D.C. 11-4, pág. 2626).

O deputado Lopo Coelho apresentou projeto de lei que concede isenção de direitos aduaneiros, taxas e contribuição de previdência para três caldeiras importadas da França pela Companhia Usina do Outeiro (D.C. 11-4, pág. 2629).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que estende aos estivadores o regime de férias constante da Consolidação das Leis do Trabalho foi encaminhado às Comissões de Legislação Social e de Finanças (D.C. 7-4, pág. 2342).

ORGANIZAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que restabelece o controle no Serviço de Navegação da Baía do Prata e cria um Conselho Consultivo nessa autarquia, foi distribuído, na Comissão de Finanças, ao deputado Ponce de Arruda (D.C. 7-4, página 2329).

Com parecer favorável às emendas de segunda discussão, foi lido o projeto de lei que cria Coletorias Federais em diversos municípios do Estado de São Paulo (D.C. 7-4, pág. 2331). Encaminhado à Comissão de Serviço Público Civil.

O deputado Dilermando Cruz apresentou projeto de lei que cria o Centro Nacional de Pesquisas Atômicas, localiza o Centro no Estado de Minas Gerais e abre o crédito de cinco milhões de cruzeiros para a sua instalação (D.C. 7-4, pág. 2334). Encaminhado às Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Lido na hora do expediente projeto de lei de autoria do deputado Aluizio Alves que cria a Comissão Nacional de Recuperação do Nordeste, com o fim de executar o "Plano de Recuperação do Nordeste" a ser executado em 10 anos (D.C. 9-4, pág. 2510).

Com emenda aditiva, foi aprovado na Comissão de Economia o projeto de lei que extingue a Câmara de Reajustamento Econômico (D.C. 11-4, pág. 2569).

Vai a imprimir a redação final do projeto de lei que fixa a divisão administrativa e jurídica do Território do Acre no quinquênio 1952-56. (D.C. 11-4, pág. 2574).

Lidos na hora do expediente da sessão de 10 de abril os projetos de lei do Poder Executivo que: cria Coletorias Federais nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul; e cria duas Contadorias Seccionais, uma na Estrada de Ferro Mossoró-Souza, no Rio Grande do Norte e outra na Diretoria dos Correios e Telégrafos em Bauru, São Paulo (D.C. 11-4, págs. 2616 e 2618).

O deputado Ranieri Mazzilli apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transformar em Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos a Agência Postal Telegráfica de Santos, São Paulo (D.C. 11-4, página 2630).

No Senado Federal

Distribuído, na Comissão de Educação e Cultura, ao senador Hamilton Nogueira, o projeto de lei da Câmara que cria o Ministério da Saúde e dá outras providências (D.C. 9-4, pág. 2531).

PESSOAL

No Congresso Nacional

Aprovado o veto do Presidente da República a dispositivos do projeto de lei que altera dispositivos da Lei que criou o Instituto Joaquim Nabuco, com o objetivo de criar cargos em comissão e funções gratificadas e elevar vencimentos de cargo em comissão (D.C. 10-4, página 2543).

Na Câmara dos Deputados

Foi distribuído ao deputado Leite Neto, na Comissão de Finanças, o projeto de lei que altera os valores dos símbolos referentes ao padrão de vencimentos de cargos isolados de provimento em comissão e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios (D.C. 7-4, pág. 2329).

Na mesma Comissão verificaram-se, entre outras, as seguintes distribuições: projeto de lei que estende ao pessoal de obras da União, Estados, Municípios e Autarquias de qualquer natureza e categoria, os direitos e obrigações da legislação trabalhista — ao deputado Dolor de Andrade; projeto de lei que altera as carreiras de Almo-xarife do Serviço Público Federal e dá outras providências — ao deputado Lameira Bitencourt; projeto de lei que estende aos funcionários civis e militares aposentados com o título de inválidos as vantagens da Lei n.º 1.050, de 3-1-50, que reajusta os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares atacados de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei — ao deputado Paulo Ramos (D.C. 7-4, pág. 2329).

Publicado, com parecer favorável da Comissão de Finanças, o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que abre crédito especial destinado ao pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará (D.C. 7-4, pág. 2332).

O deputado José Romero apresentou projeto de lei que assegura aos agentes fiscais efetivos, nomeados anteriormente à vigência da Lei n.º 3.089, de 8 de janeiro de 1916, que não descontaram a contribuição de montepio estabelecida no Decreto n.º 942-A, de 31-10-1890, o direito de indenizar a Fazenda Nacional da dívida que fôr apurada de contribuições atrasadas. Esse direito é extensivo aos herdeiros de servidores falecidos (D.C. 7-4, pág. 2333). O projeto foi encaminhado às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

São aprovados na Comissão de Finanças os seguintes pareceres: do deputado Leite Neto, favorável às emendas oferecidas ao projeto de lei que classifica como Professor Padrão O os cargos de Professor padrão M criados pela Lei n.º 1.049, de 3-1-50, e de Professor padrão M, criados

dos pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente de 12-11-49 e 24-12-49; do deputado Ponce de Arruda, favorável ao substitutivo da C.F. ao projeto de lei que dá nova redação à Lei n.º 969-A, de 15-6-49, que dispõe sobre o pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana; João Agripino contrário ao projeto de lei que dispõe sobre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por juizes com exercício na Justiça Eleitoral (D.C. 9-4, pág. 2505).

Aprovada a urgência requerida para o projeto de lei do Poder Executivo que reajusta os vencimentos dos cabos, soldados e bombeiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (D.O. 9-4, pág. 2523).

Com pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças, vai a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por Juizes em exercício na Justiça Eleitoral (D.C. 11-4, pág. 2602).

O projeto de lei que classifica como Professor Cate-drático padrão O, cargos de Professor padrão M, criados pela Lei n.º 1.409, de 1950, e de Professor Catedrático, padrão M, criados pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente, de 21 de novembro e 24 de dezembro de 1949, foi a imprimir com pareceres favoráveis (D.C. 11-4, pág. 2605).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, vai a imprimir o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de proventos de servidor em disponibilidade (D.C. 11-4, pág. 2606).

Lido na hora do expediente da sessão de 10 de abril o projeto de lei que transfere do Q.S. para o Q.P. do Ministério da Guerra o atual cargo isolado, padrão K, de Chefe das Oficinas da Imprensa Militar (D.C. 11-4, pág. 2615).

No Senado Federal

Lido na hora do expediente o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de gratificações ao pessoal das duas Casas do Congresso e ao pessoal do Poder Executivo que presta serviços na Câmara dos Deputados, por serviços prestados durante a convocação extraordinária (D.C. 7-4, pág. 2354). A Comissão de Finanças emitiu parecer favorável ao projeto (D.C. 11-4, pág. 2658). Aprovada também a dispensa de interstícios para o projeto (mesmo diário, pág. 2664).

PLANO DE DEFESA CONTRA AS SÊCAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Paulo Sarasate apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.025.492.537,00, destinado a integralizar a importância que a União deveria ter despendido na execução do plano de defesa contra os efeitos da seca do Nordeste, de 1947 a 1952 (D.C. 9-4, pág. 2509).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Encaminhado às Comissões de Legislação Social, de Serviço Público Civil e de Finanças o projeto de lei que concede abono de emergência aos beneficiários das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões (D.C. 7-4, página 2342).

Com pareceres favoráveis, em parte, da Comissão de Finanças, são lidos os projetos de lei que concedem pensões especiais às viúvas de Cornélio Brantes Filho, Mário Pinto Serva e Francisco Gonçalves Campos (D.C. 8-4, págs. 2378, 2379 e 2461).

Chega à Câmara dos Deputados o projeto de lei do Senado que atualiza a contribuição mensal dos Ministros

do Supremo Tribunal Federal para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros (D.C. 8-4, pág. 2381).

Apresentado à Mesa pelo deputado Lauro Cruz projeto de lei que institui o Fundo de Assistência à Maternidade, constituído de pelo menos 3% da receita tributária da União, com distribuição automática ao Tesouro Nacional (D.C. 9-4, pág. 2510).

O deputado Osvaldo Trigueiro apresentou projeto de lei que concede a pensão de mil cruzeiros mensais à viúva do tenente reformado do Exército Juvenal Espínola França (D.C. 9-4, pág. 2511).

Lida a redação final do projeto de lei que dispõe sobre o pagamento de auxílio-enfermidade nas instituições de previdência social (D.C. 11-4, pág. 2574).

Em redação final, foi publicado o projeto de lei que concede a pensão especial de três mil cruzeiros à viúva e à filha do professor Carlos Teixeira Brandão (D.C. 11-4, pág. 2574).

Com pareceres contrários, vão a imprimir os projetos de lei que concedem pensão especial à Dona Guilhermina Gerlach e Valdomiro Pedro Marmith (D.C. 11-4, página 2607).

No Senado Federal

Aprovado o substitutivo da Comissão de Trabalho e Previdência Social ao projeto de lei do Senado Federal que permite, ao segurado obrigatório do IPASE, que por qualquer motivo deixar o serviço público federal, continuar pagando sua contribuição e beneficiar-se de todos os direitos e regalias atribuídos aos segurados obrigatórios do referido Instituto. O substitutivo exclui do favor os que deixarem o serviço público em virtude de falta funcional e dos benefícios de aumentos de pensão porventura indenizados pelo Governo Federal (D.C. 7-4, pág. 2355).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Rui Palmeira apresentou projeto de lei que inclui no plano rodoviário de primeira urgência a estrada AL BR-11, no trecho entre Pôrto Real do Colégio e Maceió e fixa o prazo para a conclusão da construção do trecho Maceió-Jacuipe, também na estrada AL BR-11 (D.C. 7-4, pág. 2334). Encaminhado às Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

Dispondo sobre a amarração e a desamarração de navios nos portos organizados e sobre tabela de serviço por amarração, movimento ao longo do cais e mudança de cais, apresentou o deputado Filadelfo Garcia projeto de lei (D.C. 7-4, pág. 2334). Encaminhado às Comissões de Legislação Social, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

Foi encaminhado à Comissão de Finanças o projeto de lei que autoriza a abertura do crédito especial de quinhentos mil cruzeiros para a conclusão do aeroporto de reserva no Estado do Paraná (D.C. 7-4, pág. 2342).

O projeto de lei que retifica o art. 7.º da Lei n.º 1.815, de 25-2-53, que beneficia as empresas nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea, foi encaminhado à Comissão de Justiça (D.C. 7-4, página 2342).

Publicado para estudo o relatório do deputado Parifal Barroso ao projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projetos e construção de um conjunto de obras contra os efeitos das secas (D.C. 11-4, pág. 2569).

Com pareceres dos órgãos técnicos respectivos, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a ampliar a concessão dada a The Western Telegraph

Company Ltd. no sentido de instalar e explorar o seu serviço telegráfico em João Pessoa, Paraíba (D.C. 11-4, pág. 2609).

O deputado Coutinho Cavalcanti apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros para a reconstrução do edifício dos Correios e Telégrafos de São José do Rio Preto, São Paulo (D.C. 11-4, pág. 2621).

O deputado Ubirajara Keutenedjian apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar os estudos de um plano para a elevação das águas do rio São Francisco e seu lançamento pela Serra do Araripe até os vales dos rios Jaguaribe e Piranhas (D.C. 11-4, página 2628).

Apresentado projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 339.347,00 destinado à conclusão das obras da Agência Postal Telegráfica de Limeira, São Paulo (D.C. 11-4, pág. 2629).

O deputado Ranieri Mazzilli apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de dez milhões de cruzeiros destinado à construção de um aeroporto internacional na Praia Grande, Município de São Vicente, São Paulo (D.C. 11-4, pág. 2630).

No Senado Federal

Rejeitado o projeto de lei de iniciativa do Senado Federal que autoriza o Poder Executivo a construir, na cidade de Sabará, um prédio para o Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C. 7-4, pág. 2355).

O senador Mozart Lago apresentou projeto de lei que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros (D.C. 9-4, pág. 2531).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei de autoria do deputado Brochado da Rocha que autoriza a abertura do crédito especial de dois bilhões de cruzeiros para atender a despesas com a mudança da Capital para o Planalto Central foi distribuído, na Comissão de Finanças, ao deputado Rui Ramos (D.C. 7-4, pág. 2329).

O deputado Dilermando Cruz apresentou projeto de lei que determina a construção, pela Fundação da Casa Popular, de casas para os destacamentos da Polícia Militar de Minas Gerais no interior do Estado (D.C. 7-4, página 2333). O projeto foi encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, Segurança Nacional e de Finanças.

Publicado, para estudo, o parecer do deputado Lúcio Bitencourt ao projeto de lei que dispõe sobre a eleição de presidente e vice-presidente da República pelo critério da maioria absoluta de votos (D.C. 8-4, pág. 2369).

Lida e vai a imprimir a emenda constitucional que institui o regime parlamentarista, tendo: parecer contrário da Comissão Especial, de 29-3-49, com voto em separado do Sr. Raul Pilla; parecer da nova Comissão Especial, com subemendas e votos dos Srs. Raul Pilla, Castilho Cabral e Fernando Ferrari; novo parecer da referida Comissão reafirmando o seu parecer anterior, no que diz respeito à subemenda Fernando Ferrari e parecer da Comissão Especial favorável à subemenda de primeira discussão com voto vencido do Sr. Afonso Arinos (D.C. 8-4, págs. 2381-2460).

Publicadas as emendas apresentadas ao projeto de resolução que reforma o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (D.C. 8-4, pág. 2465).

Com pareceres dos órgãos técnicos, foram a imprimir os projetos de lei que: provê sobre franquia postal e telecomunicação e a gratuidade dos serviços de imprensa oficial para os partidos políticos; e institui o fundo partidário, regula a sua distribuição e dá outras providências (D.C. 11-4, págs. 2599 e 2603).

Lido na hora do expediente da sessão de 10 de abril o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de indenizações a Urbano Teixeira de Menezes, por danos causados em bens de sua propriedade (D.C. 11-4, página 2614).

Assinado por Francisco Macedo e outros deputados, foi apresentado na sessão de 10 de abril projeto de lei que dispõe sobre o recolhimento aos cofres da União pelos Estados e no Distrito Federal da importância de 2% calculados sobre a respectiva arrecadação do exercício anterior, para ocorrer às despesas com a manutenção da justiça (D.C. 11-4, pág. 2620).

O deputado Ari Pitombo apresentou projeto de lei que regula a expulsão de estrangeiros nocivos à sociedade brasileira (D.C. 11-4, pág. 2626).

Lido na hora do expediente o projeto de lei do deputado Paulo Lauro que estende ao Jockey Club de São Paulo as disposições do Decreto-lei n.º 338, de 1938, que dispõe sobre a extração de "Sweepstake" pelo Jockey Club Brasileiro (D.C. 11-4, pág. 2628).

Modificando o mínimo sobre o arrolamento de bens previsto nos arts. 517, 520 e 523 do Código do Processo Civil, apresentou o deputado Augusto Meira projeto de lei a respeito (D.C. 11-4, pág. 2628).

Aprovado o pedido de urgência para o projeto de lei que regula as comemorações do I Centenário do nascimento de Capistrano de Abreu (D.C. 11-4, pág. 2643).

No Senado Federal

Rejeitados os projetos de lei da Câmara que declaram de utilidade pública a Academia Paraense de Letras e o Centro Espírita Alan Kardec, de Campinas (D.C. 8-4, pág. 495).

Aprovado o projeto de lei da Câmara que dá nova redação à Lei n.º 1.673, de 1952, que abre crédito para ocorrer a despesas com funerais realizados em 1951, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (D.C. 8-4, pág. 2495).

Para 2.ª discussão

Vai a imprimir a redação do projeto de lei que autoriza a ereção de um monumento que perpetue a memória do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (D.C. 11-4, pág. 2657).

Também vai a imprimir a redação para 2.ª discussão do projeto de lei do Senado que modifica os artigos 373, 379, 842, XVII do Código do Processo Civil (D.C. 11-4, pág. 2657).

VÁRIOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Publicados os projetos de resolução que concedem aos deputados Bilac Pinto, Lúcio Bitencourt e Carvalho Neto permissão para participarem de conclaves internacionais e nacional (D.C. 7-4, pág. 2333). Esses projetos foram aprovados na sessão de 7 de abril e vão à promulgação.

Aprovados e vão à promulgação os projetos de resolução que concedem licenças para tratamento de saúde aos deputados Valter Athayde e Philadelpho Garcia. Aprovado também o projeto de resolução que concede licença ao deputado Euvaldo Lodi para integrar a delegação brasileira à Conferência da Comissão Econômica para a América Latina (D.C. 7-4, pág. 2340).

Publicados os projetos de resolução que concedem licenças aos deputados Wolfram Metzler, Romeu Fiori e Getúlio Moura (D.C. 8-4, pág. 2381). Esses projetos de resolução foram aprovados na sessão de 8 de abril (D.C. 9-4, pág. 2516).

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de resolução que dá nova redação ao art. 63 do Regimento

Interno, que dispõe sobre a duração da sessão diária (D.C. 11-4, pág. 2632).

Lida uma indicação do deputado Arnaldo Cerdeira no sentido de ser criada, através de pronunciamento da Comissão de Legislação Social, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar acusações feitas à CAP de Serviços Públicos de Santos, São Paulo (D.C. 11-4, página 2632).

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as atividades da C.C.P. requereu prorrogação de prazo, até 30 do corrente, para a conclusão dos seus trabalhos (D.C. 11-4, pág. 2643).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 6 de abril falaram os seguintes oradores: Vieira Lins, para um apelo ao Ministro da Guerra no sentido de sustar a retirada do Esquadrão de Cavalaria sediado no Município de Palma, Paraná; Manuel Ribas, sobre a realização, no mesmo município, da VIII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados; Muniz Falcão, para ler telegrama do jornalista alagoano Jorge Assunção, sobre inquérito a respeito de agressão sofrida por este; Sá Cavalcanti, para um apelo ao Governo no sentido de serem realizadas diversas obras no Ceará, como uma forma de auxílio ao nordestino vitimado pela seca; Benjamin Farah, Demerval Lôbo e Chagas Rodrigues, para diversas comunicações; Ostojá Roguski, sobre fechamento de agência do Loide Brasileiro em Paranaguá; Pereira da Silva, sobre venda de gado do Território do Rio Branco à Guiana Inglesa e à Venezuela, em prejuízo do Estado do Amazonas; Leite Neto, para um protesto contra o DNOCS por não realizar qualquer empreendimento proveitoso em benefício dos flagelados de Sergipe; Freitas Cavalcanti, sobre aposentadoria dos viajantes comerciais, ocasião em que leu memorial dos interessados; Frota Aguiar para protestar contra a falta de peixe na Semana Santa; Mota Neto, para falar sobre reivindicações e irregularidades existentes na Companhia Estrada de Ferro Mossoró; Euzébio Rocha, Armando Falcão, Deodoro Mendonça e Castilho Cabral, sobre questões de ordem; Deodoro Mendonça, para discutir sobre os resultados das eleições de São Paulo, a administração do governador Lucas Garcez, a situação econômica do país, o surto grevista e a ação das autoridades policiais, com muitos apartes; Moura Andrade para uma questão de ordem; Artur Audrá, para analisar a mensagem presidencial e fazer um apelo, no sentido do congelamento dos preços; Armando Falcão, para uma questão de ordem; Aliomar Baleeiro, para uma questão de ordem em torno da anunciada presença do ministro da Fazenda na Câmara; Artur Bernardes, para uma questão de ordem; Celso Peçanha, em explicação pessoal, para falar sobre a situação dos ferroviários da Leopoldina, que ameaçam entrar em greve por falta de pagamento do abono.

Os deputados Rui Ramos e Nelson Omegna proferiram discursos que serão publicados depois.

Falaram os seguintes oradores na sessão de 7 de abril: Waldemar Rupp, para criticar resolução da COFAP que proibiu a saída de gêneros alimentícios, industrializados ou não, do Estado de Santa Catarina; Armando Falcão para comunicar à Casa que a população faminta invadiu os armazéns da Prefeitura de Camocim; Osvaldo Fonseca, justificando projeto de lei de sua autoria que abre crédito especial para indenizar os produtores de leite consumido no Distrito Federal; Parsifal Barroso, para comentar entrevista do ministro Negrão de Lima sobre a ação do governo do Ceará no sentido de reduzir ao mínimo os jogos de azar naquele Estado; Ari Pitombo para criticar a ação do delegado regional do Trabalho em Alagoas; Brígido Tinoco para apresentar requerimento de informações sobre estimativa da despesa com o pagamento do abono na Central do Brasil e na Leopoldina; Breno da Silveira para ler manifesto da classe médica, documento esse que apresenta referências à atuação do DASP no caso; Heitor Beltrão sobre a personalidade do embaixador

Ouro Preto; Lacerda Werneck para tecer considerações de política regional e administração do Paraná; Fernando Ferrari e Armando Falcão para questões de ordem.

O discurso proferido pelo ministro Horácio Lafer na sessão de 7 de abril foi entregue ao orador para revisão e publicação posterior.

Vasconcelos Costa, Roberto Morena, Armando Falcão proferiram discursos que serão publicados depois.

Publicados os seguintes discursos: do deputado Artur Santos, sobre interpretação do Regimento Interno; Lacerda Werneck sobre construção de estradas de rodagem no Paraná; e Aluizio Alves sobre a ação do Governo no combate às secas do Nordeste (D.C. 8-4, pág. 2480).

Ocuparam a tribuna na sessão de 8 de abril os seguintes senhores deputados: Vieira Lins para um apelo ao Diretor-Geral do DCT no sentido de serem instaladas agências postais telegráficas em União da Vitória; Celso Peçanha para um apelo aos presidentes de Institutos de Aposentadoria no sentido de encontrarem uma solução para pagarem abono de emergência aos seus aposentados e pensionistas; Mota Neto para falar sobre a demora por parte do governo federal na adoção de medidas de combate às secas e auxílio aos flagelados; Pereira da Silva para discorrer sobre a cultura da seringueira na Amazônia; Ari Pitombo para falar de política do seu Estado; Parailio Borba para ler carta de esclarecimentos da direção do Loide Brasileiro sobre fechamento da agência de Paranguá; Miguel Couto sobre a decisão do Conselho Nacional de Pesquisas que resolveu instalar em Niterói o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; Armando Falcão, sobre aspectos da política nacional em face da atual conjuntura econômica, com referências ao Conselho de Segurança Nacional, ao Diretor-Geral do DASP, ao Presidente da COFAP, ao Diretor da Leopoldina, ao Chefe do Departamento de Administração do Itamarati e outros; Joaquim Viegas, Nestor Jost, Coelho de Souza, Raimundo Padilha, Herbert Levi e Muniz Falcão, para discutir o requerimento de convocação do Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sobre sua recente palestra proferida na Televisão Tupi; Magalhães Melo para descrever a situação da indústria açucareira; Lucílio Medeiros sobre financiamento do algodão; Alberto Botino para falar sobre o movimento grevista de São Paulo; Ari Pitombo para denunciar a descoberta de vultoso contrabando em São Paulo.

Os deputados Tenório Cavalcanti e Campos Vergal proferiram discursos na sessão de 8 de abril, que serão publicados depois.

Publicado o discurso do deputado Vasconcelos Costa em que justifica requerimento de informações sobre construção de estradas de rodagem em Minas Gerais (D.C. 9-4, pág. 2527).

Publicados os seguintes discursos: do deputado Vasconcelos Costa, proferido na sessão de 7 de abril, sobre construção de estradas de rodagem em Minas Gerais; do deputado Rui Ramos, proferido na sessão de 6 de abril sobre a compra de aviões a jato; do deputado Campos Vergal, proferido na sessão de 18 de março, sobre representação de bancários internados em Sanatório de tuberculosos; do deputado Fernando Ferrari, proferido na sessão de 20 de março, sobre tópicos da mensagem presidencial; do mesmo deputado proferido na sessão de 27 de março, sobre o mesmo assunto; e Nelson Omegna, proferido na sessão de 6 de abril, sobre aumento de tarifas de força, luz e calefação em São Paulo, que teria sido autorizado pela COFAP.

Na sessão de 10 de abril falaram os seguintes deputados: Vieira Lins para renovar apelo ao governo no sentido da permanência do Segundo Esquadrão de Cavalaria na cidade de Palmas; Manoel Ribas, para justificar projeto de sua autoria que concede auxílio para a realização do V Congresso de Jornalistas; Celso Peçanha para um apelo ao Ministério da Educação no sentido de ser efetuado o pagamento dos salários em atraso do pessoal da Campanha Nacional de Tuberculose; Dix-Huit Rósado para ler telegramas do governador Sílvio Pedrosa sobre

a situação do Nordeste e fazer um apelo ao Presidente da República no sentido de, caso se confirme a notícia de que seja nomeado um coordenador com poderes extraordinários para o Nordeste, seja escolhido um técnico e não um político; Vasconcelos Costa justificando requerimento sobre remessa de dólares ao câmbio oficial; Pereira da Silva sobre a propalada rebaixa do preço teto estabelecido para o financiamento da juta; Mota Neto para protestar contra tópico do "Diário de Natal" que critica os representantes federais do Nordeste; João Agripino, sobre atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas na Paraíba; Marrey Júnior para debater o momento político de São Paulo, e comunicar que resolverá aceitar cargo em comissão na Prefeitura Municipal de São Paulo; Frota Aguiar para debater o momento político nacional, especialmente a ação da COFAP; Brochado da Rocha como líder de partido, pronunciar amplo discurso sobre o momento político nacional; Flores da Cunha sobre o mesmo assunto; Muniz Falcão sobre reportagens publicadas na revista "O Cruzeiro" e atribuídas a funcionário da Secretaria da Câmara; Jales Machado sobre apelo da Associação Comercial de Goiás no sentido de serem ministradas instruções aos fiscais da Divisão do Imposto de Renda, cuja atuação está produzindo alarme no comércio e indústria do Estado; Euzébio Rocha sobre a situação que está vivendo São Paulo e a classe trabalhadora do Estado; Paulo Sarasate para ler telegramas procedentes do Ceará sobre a situação climática do Estado.

No Senado Federal

Falaram na sessão de 6 de abril os seguintes senadores: Mozart Lago, João Vilas Boas, Alfredo Neves e Novais Filho, para, em nome de seus partidos, expressarem pesar pela morte do embaixador Ouro Preto; Landulfo Alves para prosseguir em suas considerações em torno do problema da Petrobras, ocasião em que teceu crítica violenta aos partidários da emenda Othon Mader; Pinto Aleixo, Ismar de Goes, João Vilas Boas, Alfredo Neves e Ferreira de Souza para encaminhar a votação de projetos constantes da ordem do dia.

Publicado o discurso pronunciado pelo senador Rui Carneiro na sessão de 31 de março, sobre a seca do Nordeste, e o Plano de Obras Públicas; idem do senador Assis Chateaubriand pronunciado na sessão de 26 de março, em que discorreu sobre a situação nacional, a propósito da aplicação de capitais no Brasil (D.C. 7-4, página 2359).

Na sessão de 7 de abril falaram os seguintes senadores: Domingos Velasco, sobre representação de funcionários da taquigrafia; Landulfo Alves, ainda sobre o petróleo e outros assuntos de interesse da economia nacional; Bernardes Filho, sobre o requerimento de sua autoria pedindo a remessa ao Senado do Acôrdo comercial Brasil-Argentina; Vivaldo Lima sobre decisão do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito que proibiu as operações vinculadas, mercado livre de câmbio e outros assuntos de interesse da economia amazonense; e Melo Viana para retificar o D.C. quanto ao seu voto dado a projeto.

O senador Domingos Velasco, a propósito de uma representação dos funcionários da taquigrafia do Senado, publicada no "Diário do Congresso" de 9 de abril, ocupou a tribuna para rebater as alegações contidas nesse documento. Falaram ainda na sessão de 8 de abril: Alfredo Neves para criticar o comportamento dos funcionários da Secretaria do Senado no caso do projeto de resolução que reestrutura carreiras da Câmara Alta; Gomes de Oliveira sobre problemas de extração de carvão e aproveitamento de matérias-primas no Estado de Santa Catarina; Valdemar Pedrosa sobre enchente no Amazonas, financiamento da juta e outros assuntos; Onofre Gomes sobre o agravamento do problema dos nordestinos assolados pelas secas; Othon Mader para ler telegrama da Confederação Nacional do Comércio de protesto contra discurso do senador Landulfo Alves; Landulfo Alves para replicar; Mozart Lago para justificar projeto de sua auto-

ria que obriga ao uso de lanternas fosforescentes nos autos de carga.

O senador Assis Chateaubriand proferiu discurso que será publicado depois.

Falaram na sessão de 10 de abril os seguintes senadores: Bernardes Filho sobre discurso do ministro Horácio Lafer na Câmara e carta do embaixador Pimentel Brandão remetendo texto do Acôrdio Comercial entre o Brasil e a Argentina; Onofre Gomes para ler telegramas recebidos do Ceará a respeito da seca; Othon Mader para ler manifestações de apoio a sua emenda ao projeto que cria a "Petrobras", ocasião em que se estabeleceu grande debate em torno do problema da exploração do petróleo; Kerginaldo Cavalcanti para congratular-se com a passagem de mais um aniversário do "Jornal do Brasil"; Melo Viana sobre representação de funcionários da Casa; Anísio Jobim sobre a crise madeireira em seu Estado; Vivaldo Lima para levar ao conhecimento da Casa entrevista concedida pelo deputado João Goulart.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Lidos na hora do expediente os seguintes requerimentos do Ministério da Educação prestando as seguintes informações: sobre projeto de lei que assegura isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; ao requerimento do deputado Tarso Dutra sobre a aplicação da verba orçamentária consignada em 1952 ao Departamento Nacional de Educação, para construção e equipamento de escolas; e sobre requerimento do mesmo deputado que indagou se a aplicação das verbas orçamentárias de quarenta milhões de cruzeiros e treze milhões de cruzeiros, consignadas em 1952 ao INEP, para a construção, reconstrução e equipamento de escolas primárias rurais obedecem a algum plano preestabelecido (D.C. 7-4, pág. 2330).

Lidas na hora do expediente da sessão de 7 de abril as seguintes respostas a pedidos de informações: ao requerimento do deputado Paulo Couto sobre proventos pertencentes aos servidores do Loide Brasileiro; ao requerimento do deputado Alencar Araripe sobre construção de açudes no Estado do Ceará pelo sistema de cooperação da União com entidades públicas ou particulares; ao projeto de lei que dispõe sobre a vigência de uma pensão especial; ao requerimento do deputado Lúcio Bitencourt solicitando informações sobre se o D.N.E.R. está cumprindo de em relação ao pessoal de obras a Lei n.º 1.765, de 1952; ao requerimento do deputado Herbert Levi sobre instalação de novas agências postais telegráficas no município de São Paulo; ao requerimento do deputado Herbert Levi sobre ampliação da zona de distribuição domiciliar de correspondência no município de São Paulo.

Chegam à Câmara e são lidas na hora do expediente da sessão de 8 de abril as seguintes informações: da Presidência da República, o projeto de lei que autoriza a construção de ponte internacional na foz do Iguaçu; do Ministério da Justiça a requerimento de informações sobre a greve dos tecelões; do mesmo sobre a repressão aos jogos de azar no Estado do Rio; ainda do mesmo sobre a prática de jogos de azar no Distrito Federal; do Ministério da Fazenda, transmitindo informações do governador do Território do Amapá sobre construção de estrada de ferro para aproveitamento do manganês daquele Território (D.C. 9-4, pág. 2508).

Apresentados os seguintes requerimentos solicitando as seguintes informações: do deputado Muniz Falcão sobre contrato registrado pelo Tribunal de Contas, concedendo isenção de direitos de importação à Companhia Nitroquímica Brasileira; do mesmo deputado sobre a Fábrica Nacional de Motores S.A.; de Ostoj Roguski sobre aplicação de verbas orçamentárias e do Plano SALTE na construção do ramal ferroviário Ventania-Cornélio Procopio, Paraná; do mesmo, sobre motivos que determinaram o fechamento da Agência do Loide Brasileiro em Paranaguá; de Aluísio Alves sobre atividades e a situação jurídica da

chamada Cooperativa dos Funcionários do DNEF; e de Lima Figueiredo sobre o parecer emitido pelo professor Richard Klar ao MRE sobre o problema carbonífero brasileiro (D.C. 9-4, 2508).

Lidos os ofícios em que são solicitadas as seguintes informações: ao Ministério da Fazenda, sobre pensão de montepio percebida por Ambrosina Viana da Silva; ao Ministério da Viação, sobre a oportunidade de projeto de lei que abre crédito especial para liquidação de dívidas por exercícios findos; ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para que informe sobre crédito suplementar pedido; ao Ministério da Viação, a respeito de projeto de lei que concede auxílio para construção de ponte sobre o rio Una, em Pernambuco; ao mesmo Ministério, para esclarecimentos sobre pedido de crédito suplementar para reforço de dotação orçamentária do exercício de 1952; ao Ministério das Relações Exteriores para que informe se houve dispensa de concorrência para construção de monumento a ser oferecido à cidade de Nova Iorque; ao mesmo Ministério sobre representação do Brasil em diversos conclave internacionais (D.C. 11-4, pág. 2573).

Deferidos os seguintes requerimentos: ao Ministério da Fazenda para que informe qual a arrecadação de Santa Gertrudes, município de São Paulo e outros dados, ao Ministério do Trabalho, sobre os débitos da União aos Institutos de Previdência e CAP; ao mesmo Ministério sobre inquérito no IAPB; ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro sobre não pagamento de dívidas da E.F. Goiás; e ao Ministério da Viação, sobre a situação da Cooperativa dos Rodoviários, fornecedora de gêneros ao pessoal do DNER (D.C. 11-4, pág. 2574).

No Senado Federal

O senador Mozart Lago requer informações ao Ministério do Trabalho sobre anunciado aumento de preço do corte de cabelo e feitura da barba e aumento de salários do pessoal empregado nas barbearias (D.C. 7-4, página 2351).

Apresentados à Mesa na sessão de 7 de abril os seguintes requerimentos: do senador Mozart Lago sobre contrato entre o IAPETC e empresa particular para elaboração de um plano de reorganização dos serviços daquele Instituto; do mesmo senador sobre aumento de imposto de licença das tinturarias e lavanderias (D.C. 8-4, página 2490).

ACUMULAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Sob o fundamento da inconstitucionalidade, foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei que regulamenta o art. 182, § 5.º, da Constituição Federal, que proíbe o militar de receber os proventos de seu posto, enquanto perceber remuneração de cargo permanente ou temporário (D.C. 15-4, pág. 2720). O projeto e o parecer foram publicados no D.C. 17-4, pág. 2793.

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado com emenda na Comissão de Valorização Econômica da Amazônia o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar em todos os municípios do interior do Amazonas núcleos destinados ao fomento da agricultura e da pecuária (D.C. 15-4, pág. 2723).

Também foi aprovado na mesma comissão o projeto de lei que destaca a importância de cinquenta milhões de cruzeiros a fim de constituir um fundo especial para ser aplicado na assistência à pecuária e pesca da Amazônia, das dotações orçamentárias que figuram nos exercícios de 1953-54 e destinadas à Valorização Econômica da Amazônia (D.C. 15-4, pág. 2723).

Prosseguiram na Comissão de Economia os estudos relativos ao projeto de reforma agrária, decidindo-se a remessa, a todas as Associações Rurais e ao Conselho Nacional de Economia, do projeto já elaborado (D.C. 17-4, pág. 2785).

Debatida na mesma comissão, a propósito da discussão do projeto de lei que regula a cobrança de tributos e sua aplicação, a situação do açúcar na ordem econômica brasileira (D.C. 17-4, pág. 2785).

Aprovado na Comissão de Justiça o parecer do relator contrário ao projeto de lei que dispõe sobre o perdão das dívidas dos pecuaristas (D.C. 18-4, pág. 2857).

O deputado Coutinho Cavalcanti apresentou projeto de lei que dispõe sobre a constituição da Sociedade por Ações Agropecuária Brasileira S.A. e dá outras providências (D.C. 18-4, pág. 2883).

No Senado Federal

Aprovado na Comissão de Trabalho e Previdência Social o projeto de lei da Câmara que autoriza a organização de seringais escolares nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso e nos Territórios Federais do Acre e do Guaporé (D.C. 18-4, pág. 2914).

AUTONOMIA MUNICIPAL

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional, foi a imprimir o projeto de lei que concede autonomia ao Município de Salvador, Bahia (D.C. 18-4, pág. 2864).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O deputado Ostoj Roguski apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de cinco milhões de cruzeiros para o Município de Ponta Grossa, Paraná, destinado à colonização do distrito de Itaiacoca (D.C. 14-4, pág. 2683).

Por outro projeto, o deputado Pereira da Silva apresenta uma concessão de auxílio de quatrocentos mil cruzeiros para atender às despesas com a construção de um pavilhão destinado à instalação do Abrigo Redentor, de Manaus, Amazonas, do Plano de Obras Sociais do Arcebispo do Amazonas (D.C. 14-4, pág. 2684).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de quinhentos mil cruzeiros para auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico em Fortaleza (D.C. 15-4, página 2726).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede o auxílio de cinco milhões de cruzeiros para a construção da futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cede ao referido Instituto o terreno onde atualmente funciona a sua sede (D.C. 15-4, pág. 2728).

O projeto de lei que retifica o orçamento em vigor na parte referente a auxílios e subvenções a várias instituições foi a imprimir em redação para segunda discussão (D.C. 15-4, pág. 2731).

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a emitir selos postais, com sobretaxa, para auxílio aos nordestinos e determina a entrega do produto da arrecadação à Legião Brasileira de Assistência (D.C. 15-4, pág. 2735).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que concede o auxílio de duzentos e cinquenta mil cruzeiros para custear as despesas com a realização da Terceira Conferência Nortista de Tisiologia (D.C. 15-4, pág. 2.741).

Apresentado pelo deputado César Santos projeto de lei que concede auxílio de quinhentos mil cruzeiros para

as despesas com a realização da IV Jornada Brasileira de Radiologia (D.C. 15-4, pág. 2806).

Aprovadas as emendas do Senado ao projeto de lei que concede o auxílio de quinhentos mil cruzeiros para a realização do I Congresso Nacional do Fumo (D.C. 17-4, pág. 2830).

Em virtude de emenda, e após encerrar-se a discussão, volta às comissões o projeto de lei que concede um auxílio de cinco milhões de cruzeiros a municípios catarinenses para obras públicas danificadas por enchentes (D.C. 17-4, pág. 2830).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que concede o auxílio de seiscentos mil cruzeiros para atender a despesas decorrentes da realização no Brasil de um Seminário Internacional de Serviço Social Rural (D.C. 17-4, pág. 2831).

Em virtude de requerimento, vai à Comissão de Educação e Cultura o projeto de lei que concede o auxílio de cinco milhões de cruzeiros para custear, em parte, as despesas de organização do VI Congresso Eucarístico Nacional (D.C. 17-4, pág. 2834).

Foi rejeitado o projeto de lei que concedia um auxílio de treze milhões de cruzeiros para conclusão do Hotel de Turismo de Paulo Afonso (D.C. 17-4, pág. 2835).

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Educação e Cultura que opina pelo arquivamento de Aviso do M.E.S. que encaminha pedidos de subvenções para várias instituições assistenciais e culturais (D.C. 18-4, página 2880).

Apresentado pelo deputado Dilermando Cruz, foi a imprimir o projeto de lei que concede ao Estado de Minas Gerais o auxílio de trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros para mais rápido andamento de seu plano de eletrificação (D.C. 18-4, 2885).

O mesmo deputado apresentou projeto de lei que concede à Granja-Escola João Pinheiro, com sede na Fazenda da Gameleira, município de Belo Horizonte, o auxílio de seiscentos mil cruzeiros para ampliação de suas instalações (D.C. 18-4, pág. 2885).

Aprovado com emendas o projeto de lei que inclui a Universidade Católica do Rio Grande do Sul na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal (D.C. 18-4, pág. 2895).

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de seis milhões de cruzeiros, para atender às despesas com a elaboração do plano de classificação dos cargos do Serviço Público Federal, previsto no artigo 259 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (D.C. 15-4, pág. 2732).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico. O projeto vai ao Senado (D.C. 14-4, pág. 2687).

Vai a imprimir o projeto de lei que aprova o contrato celebrado entre o M.Ae. e o Sr. Luiz Valente Boffi, para desempenhar a função de Professor Associado de Eletrônica Aplicada, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (D.C. 17-4, pág. 2795).

Debatido em primeira discussão o projeto de lei que reforma a decisão do T.C. que recusou registro à escritura pública de compra e venda de bens outorgada à Sociedade de Indústrias Brasileiras de Papel Limitada pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (D.C. 17-4, pág. 2835).

No Senado Federal

Vão a imprimir os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça a projetos de decretos legislativos que: aprova contrato celebrado entre o M. Ae. e Joseph Kovasa, para a função de desenhista; e aprova o contrato celebrado entre o M. Ae. e Stefan von Bathory para técnico em motores (D.C. 14-4, pág. 2704).

Aprovados em discussão única os seguintes projetos de decretos legislativos: mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do termo aditivo de retificação e ratificação do contrato celebrado entre o D.I.N. e a I.B.M. World Trade Corporation; e aprova o contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do M.E. e a firma Empresa Brasileira de Construções S.A. (D.C. 14-4, págs. 2707 e 2708).

Aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao termo do contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e José Pedro de Oliveira (D.C. 14-4, pág. 2708).

Aprovado o projeto de decreto legislativo que mantém o ato do T.C. de registro sob reserva da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 124.280,00 à firma ASCA — Aparelhos Científicos Ltda. (D.C. 15-4, pág. 2759).

Foram a imprimir as seguintes redações finais de projetos de decretos legislativos: mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao termo do contrato celebrado entre a D.O. do M.E.S. e a firma construtora J. Patrício Ltda., para execução de obras de pequeno vulto no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico; e mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao termo do contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e Saúde e a firma Malheiros & Cia. (D.C. 18-4, pág. 2917).

DIPLOMACIA*Na Câmara dos Deputados*

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, vai a imprimir o projeto de lei oriundo de mensagem do Presidente da República que estende, mediante acordo, as prerrogativas de isenção aduaneira aos funcionários consulares estrangeiros (D.C. 15-4, pág. 2734).

De iniciativa do Poder Executivo, chega à Câmara o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas feitas pela delegação representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (D.C. 18-4, pág. 2879).

No Senado Federal

Publicado para estudo o relatório do senador Gomes de Oliveira, da Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto de decreto legislativo que aprova o Acordo de Assistência Militar assinado no Rio de Janeiro entre o Brasil e os Estados Unidos da América (D.C. 14-4, pág. 2702). A Comissão de Justiça aprovou várias diligências de interesse para o estudo do projeto (D.C. 17-4, pág. 2844).

Retirado da ordem do dia na sessão de 13 de abril o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito (D.C. 14-4, página 2708).

EDUCAÇÃO E CULTURA*Na Câmara dos Deputados*

Debatido na Comissão de Educação e Cultura o projeto de lei que autoriza o registro na Divisão do Ensino Superior e no Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina dos diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino de farmácia e odontologia que funcionaram sob jurisdição estadual (D.C. 15-4, pág. 2722).

O deputado Paulo Neri apresentou projeto de lei que institui o Intercâmbio Universitário Interestadual, com

a finalidade de, através de viagens, excursões, congressos e jogos universitários, estimular a mentalidade universitária (D.C. 15-4, pág. 2734).

Dispondo sobre a criação da Universidade de Santa Catarina com sede em Florianópolis, foi apresentado projeto de lei nesse sentido pelo deputado Saulo Ramos (D.C. 15-4, pág. 2735).

O deputado Novelli Júnior apresentou projeto de lei que modifica o artigo 5.º da Lei n.º 775, de 6-8-49, que dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências (D.C. 17-4, pág. 2806).

Retirado da ordem do dia por dez sessões, o projeto de lei que dispõe sobre as finalidades do ensino do Serviço Social, sua estrutura e sobre as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistente Social (D.C. 17-4, pág. 2832).

Rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei que dispõe sobre o ensino de sociologia nos cursos jurídicos (D.C. 18-4, pág. 2857).

Rejeitados na Comissão de Educação e Cultura os projetos de lei que: concede aos diplomados pelo curso técnico de contabilidade para os efeitos do exercício profissional as prerrogativas asseguradas por lei aos contadores; e atribui prerrogativas de contadores aos diplomados em 1948-49, de acordo com o disposto no Decreto n.º (ilegível) de 1945 (D.C. 18-4, pág. 2857).

Com pareceres das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre a realização dos exames de suficiência no país (D.C. 18-4, pág. 2873).

O deputado Benedito Vaz apresentou projeto de lei que torna obrigatória a construção de parques infantis nos edifícios de apartamentos (D.C. 18-4, pág. 3883).

No Senado Federal

Aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que institui no M.E.S. os prêmios nacionais de Literatura, de Ciência e de Arte (D.C. 14-4, pág. 2708).

FINANÇAS E ORÇAMENTO*No Congresso Nacional*

Aprovado o veto aposto pelo Presidente da República ao projeto de lei que modifica o artigo 3.º da Lei 494, de 26 de novembro de 1948. O referido projeto objetivava excluir o negociante varejista da obrigação de emitir notas com a indicação do preço de venda das mercadorias isentas de tributo. Na discussão desse veto falaram os seguintes oradores: Tristão da Cunha e Maurício Joppert para combatê-lo e Lauro Lopes e Euzébio da Rocha para defendê-lo (D.C. 16-4, pág. 2767).

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão de 13 de abril o projeto de resolução que aprova o balancete da Receita e Despesa da Secretaria da Câmara dos Deputados relativo ao mês de janeiro de 1953 (D.C. 14-4, pág. 2681).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei que reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal (D.C. 15-4, pág. 2726).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre os direitos a serem atribuídos ao papel celofane e às caixas de papelão que servem de envoltórios ou continentes ao pescado industrializado (D.C. 15-4, pág. 2728).

Lida a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário os créditos adicionais que especifica (D.C. 15-4, pág. 2728).

Com parecer e ~~emenda~~ da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Exe-

cutivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 34.958.458,20, para pagamento aos municípios da cota devida do imposto de renda (D.C. 15-4, pág. 2730).

Publicado o projeto de resolução que autoriza a Câmara dos Deputados a realizar pela verba de saldo de subsídio o pagamento na importância que especifica, por despesa realizada no mês de fevereiro de 1953 (D.C. 17-4, pág. 2800).

O deputado Manhães Barreto apresentou projeto de lei que isenta de contribuição para o imposto de renda as pessoas físicas com renda líquida anual inferior a Cr\$... 48.000,00 (D.O. 17-4, pág. 2805). O mesmo deputado apresentou também projeto de lei que revoga o Decreto-lei n.º 9.524, de 26-7-46, que dispõe sobre a aplicação, em letras do Tesouro Nacional, cuja emissão autoriza, de parte do valor das vendas de cambiais de exportação (D.C. 17-4, pág. 2813).

Aprovados em segunda discussão projetos de resolução que autorizam a Mesa da Câmara a efetuar, por conta de saldos, pagamentos de diversas despesas (D.C. 17-4, página 2826).

Em virtude de emenda, volta às Comissões o projeto de lei que autoriza a abertura ao M.V.O.P., do crédito suplementar de vinte e sete milhões de cruzeiros relacionados com despesas de transporte de malas aéreas (D.C. 17-4, pág. 2831).

Tendo parecer com substituto da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar ao M.V.O.P. para atender a despesas com pagamento de salário-família em duas estradas de ferro (D.C. 18-4, pág. 2877).

Ainda com parecer e substitutivo, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar ao M.V.O.P. para solver compromissos relativamente ao fornecimento de luz e força à Estrada de Ferro Central do Piauí (D.C. 18-4, pág. 2878).

O deputado Adroaldo Costa apresentou projeto de lei que permite o pagamento de parte do imposto de renda em Obrigações de Guerra (D.C. 18-4, pág. 2885).

No Senado Federal

Chega ao Senado e é lido na hora do expediente o projeto de lei da Câmara que isenta de registro prévio, pelo Tribunal de Contas, as despesas relativas a obras públicas em andamento (D.C. 14-4, pág. 2703).

Aprovado com emenda o projeto de lei da Câmara que autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento de 1952 para pagamento de despesas com iluminação, força motriz e gás, relativas ao exercício de 1952 (D.C. 14-4, pág. 2708).

Na reunião de 8 de abril, cuja ata foi publicada no Diário do Congresso de 15 de abril, a Comissão Diretora debateu a proposta orçamentária do Senado Federal para o exercício de 1954.

Aprovado com emenda o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 116.200,00 para pagamento de inativos do Território do Rio Branco (D.C. 15-4, pág. 2.759).

Vão a imprimir as redações finais dos projetos de leis que: autoriza a abertura ao Ministério da Justiça de crédito suplementar para atender ao pagamento de despesas com iluminação, força motriz e gás, relativa a 1952; e autoriza a abertura de crédito especial ao M.J.N.I. para ocorrer a despesas com o pagamento de auxílio funeral (D.C. 18-4, pág. 2917).

FORÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

A Comissão de Constituição e Justiça rejeitou, sob o fundamento da inconstitucionalidade, o projeto de lei que cria no Ministério da Aeronáutica o Quadro de Instrutores de Aeroclubes (D.C. 15-4, pág. 2721). O projeto e o parecer foram publicados no D.C. 17-4, pág. 2792.

Publicada a redação final do projeto de lei que regula a inatividade dos militares (D.C. 17-4, pág. 2802).

Com parecer favorável da Comissão de Segurança Nacional, foi a imprimir o projeto de lei que altera o parágrafo único do art. 4.º do Decreto-lei n.º 2.066, de 7 de março de 1940, que dispõe sobre promoção de Aspirante a Oficial do Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 18-4, pág. 2.878).

O deputado Rui Almeida apresentou projeto de lei que transfere para a inatividade os Oficiais da Polícia Militar do D.F. que atingirem o último posto do quadro (D.C. 18-4, pág. 2882).

Foi a imprimir o projeto de lei apresentado pelo deputado Lima Figueiredo que promove ao posto imediato, de 8 em 8 anos de serviço prestado sem interrupção, o oficial da reserva quando convocado para o serviço ativo (D.C. 18-4, pág. 2882).

O Deputado Benjamin Farah apresentou projeto de lei que releva da prescrição em que incorreram sargentos excluídos ilegalmente das Forças Armadas (D.C. 18-4, página 2.885).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o relatório do deputado Paulo Neri ao projeto de lei que dispõe sobre o pagamento de indenização ao Estado do Amazonas pelo desmembramento do seu território, em consequência da criação dos Territórios do Guaporé e do Rio Branco e o cancelamento do empréstimo que lhe foi feito para pagamento de dívida interna (D.C. 15-4, pág. 2721).

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito extraordinário para indenização da população pobre de bairro de Vitória, em virtude de explosão verificada no depósito do D.E.R. (D.C. 18-4, pág. 2876).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que dispõe sobre isenção de imposto para a importação de dois conjugados destinados ao serviço de força e luz da Prefeitura Municipal de Cametá, Pará (D.C. 15-4, pág. 2726).

Vai a imprimir o projeto de lei que concede isenção de direitos aduaneiros e do imposto de consumo para a importação de máquinas com suas peças e acessórios destinados à irrigação de lavoura, dragagem, construção de açudes e de estradas (D.C. 17-4, pág. 2794).

Aprovada em discussão única a emenda do Senado ao projeto de lei que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens destinados ao Seminário Cristo-Rei de Camaragipe e ao Colégio São José do Recife, Pernambuco (D.C. 17-4, página 2828).

Aprovadas as emendas do Senado ao projeto de lei que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras às tortas e farinhas de carne destinadas à alimentação de pequenos animais (D.C. 17-4, pág. 2330).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que isenta a Companhia Luz e Força S.A. do Município de Marco, Ceará, dos pagamentos de direitos de importação, exclusive taxa de previdência social e do imposto de consumo, relativo às máquinas importadas para a usina elétrica de sua propriedade (D.C. 17-4, pág. 2832).

Aprovado com emenda o projeto de lei que concede isenção de todos os tributos que incidam sobre materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, para a construção da usina hidrelétrica do Rochado (D.C. 17-4, pág. 2834).

Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto de lei que concede isenção de direitos e taxas adua-

neiras à Prefeitura Municipal de Unai, MG, para aquisição de material destinado à montagem de usina elétrica (D.C. 17-4, pág. 2834).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado na sessão de 14 de abril o projeto de lei que dá nova redação ao artigo 654, § 5.º, da Lei n.º 1.530, de 1951, que alterou dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 15-4, pág. 2742).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto de lei que dispõe sobre a profissão dos trabalhadores na movimentação de mercadorias (D.C. 17-4, pág. 2805).

Apresentado pelo deputado Novelli Júnior, foi lido na hora do expediente projeto de lei que estende os benefícios da Lei n.º 1.234, de 1950, aos que operam com raios X e substâncias radiativas, em empresas e serviços particulares (D.C. 17-4, pág. 2807).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que dispõe sobre a duração e condições do trabalho da categoria profissional dos aeronautas (D.C. 17-4, pág. 2832).

Foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça, o parecer contrário ao projeto de lei que dispõe sobre o trabalho de menores de 12 anos (D.C. 18-4, pág. 2857).

No Senado Federal

Aprovado na Comissão de Legislação Social o parecer do senador Cícero Vasconcelos, favorável ao projeto de lei da Câmara que institui nas Comarcas do interior recurso "ex-officio" das decisões proferidas contra os empregados (D.C. 14-4, pág. 2702). Este parecer, bem como o da Comissão de Constituição e Justiça, foram publicados no Diário do Congresso de 15 de abril, pág. 2753.

Aprovados na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas os pareceres aos projetos de lei que: determina que a vigilância dos navios seja feita por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo; e dispõe que o conserto de carga e descarga, nos portos organizados, seja feito exclusivamente por profissionais matriculados nas mesmas Delegacias (D.C. 18-4, pág. 2915).

ORGANIZAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que fixa a divisão administrativa e jurídica do Território do Acre, no quinquênio de 1952-56. O projeto vai à sanção (D.C. 14-4, pág. 2689).

Foi a imprimir o requerimento que solicita a designação de uma Comissão Especial para opinar sobre o projeto de lei que dispõe sobre a Rêde Ferroviária Federal S.A. (D.C. 15-4, pág. 2734).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que cria no D.N.S. do M.E.S. o Serviço Nacional de Endemias Rurais (D.C. 17-4, pág. 2794).

Aprovada na sessão de 16 de abril a audiência da Comissão de Serviço Público Civil para o projeto de lei que modifica a Lei Orgânica do Distrito Federal na parte que trata de acumulação permitida aos ocupantes de cargos de Ministro do Tribunal de Contas do D.F. (D.C. 17-4, pág. 2827).

Com pareceres das Comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que retifica disposição da Lei n.º 976, de 1949, que federalizou a Faculdade de Medicina do Recife e a Escola de Engenharia do Recife (D.C. 18-4, página 2862).

PARTICIPAÇÃO NAS MULTAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Adroaldo Costa apresentou projeto de lei que regula a participação nas multas fiscais (D.C. 18-4, pág. 2885).

PESSOAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovado na Comissão de Finanças o parecer do deputado João Agripino favorável ao projeto de lei que fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal (D.C. 14-4, pág. 2676).

Do mesmo relator foi aprovado parecer favorável ao projeto de lei que estende aos auditores da 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar as vantagens constantes dos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 21, de 15 de fevereiro de 1947, e do artigo 13 da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947 que dispõem, respectivamente, sobre os vencimentos dos magistrados do Distrito Federal e dos Territórios e sobre a organização do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (D.C. 14-4, pág. 2677).

Rejeitado, quanto ao mérito, na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei que releva da prescrição direitos de funcionários do Ministério da Guerra (D.C. 15-4, pág. 2721).

A Comissão de Finanças aprovou a audiência do Ministério da Fazenda para o projeto de lei que dá nova redação ao artigo 18, da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952. A nova redação objetiva conceder o abono de emergência ao pessoal de obras e ao pessoal dos acordos (D.C. 15-4, pág. 2723).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de gratificação pela elaboração de trabalho técnico ao desenhista Renato de Oliveira Greenhalg (D.C. 15-4, pág. 2725).

Foi a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças, o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de representação ao Dr. Assad Mameri Abdenur, do Q.P. do Ministério da Educação e Saúde (D.C. 15-4, pág. 2731).

Lido na hora do expediente, com parecer favorável da Comissão de Finanças, o projeto de lei que fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal (D.C. 15-4, pág. 2731).

Também foi a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças, o projeto de lei que abre crédito especial para atender ao pagamento de gratificações de magistério (D.C. 15-4, pág. 2733).

Aprovado o requerimento que solicita a designação de uma comissão especial para relatar o projeto de lei que altera carreiras dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde. Trata-se do projeto de iniciativa do Poder Executivo ao qual foram apresentadas emendas concedendo novos níveis de remuneração para os profissionais liberais do Serviço Público Federal (D.C. 15-4, pág. 2743).

Com pareceres das Comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (D.C. 17-4, pág. 2797).

O deputado Herbert Levi apresentou projeto de lei que agrupa num Quadro Geral os cargos e funções dos diversos ministérios e órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República (D.C. 17-4, pág. 2811).

Em virtude de emendas, e após encerrada a discussão única, volta às Comissões o projeto de lei que aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos mensalistas e diaristas da União, Estados e Distrito Federal (D.C. 17-4, pág. 2828). Também em virtude de emenda, volta às Comissões o projeto de lei que autoriza a doa-

ção de terrenos do Patrimônio da União e das Autarquias Federais, a seus servidores, ativos e inativos, mediante as condições que estabelece (D.C. 17-4, pág. 2830).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de gratificação a que se refere a Lei n.º 1.234, de 1950 a dentistas do M.J.M.J. (D.C. 17-4, pág. 2831). Também foi aprovado projeto no mesmo sentido relativo a pessoal do M.T.I.C. (D.C. 17-4, pág. 2832).

Na Comissão de Constituição e Justiça foi aprovado parecer pela inconstitucionalidade do projeto de lei que dispõe sobre concursos para a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo (D.C. 18-4, pág. 2857). O mesmo ocorreu com relação ao projeto de lei que dispõe sobre vencimentos de professores do curso médio particular.

Com parecer e substitutivo da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que abre ao Congresso Nacional crédito especial para pagamento de abono de emergência e salário-família aos servidores de sua Secretaria (D.C. 18-4, pág. 2859).

O projeto de lei que estende aos Auditores de 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar as vantagens constantes dos arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 21, de 15-2-47, e do art. 13, da Lei n.º 116, de 15-10-47, que dispõem, respectivamente, sobre os vencimentos dos magistrados do D.F. e dos Territórios e sobre a organização do Ministério Público do D.F. e dos Territórios (D.C. 18-4, pág. 2866).

Lido na hora do expediente da sessão de 17 de abril o projeto de lei do Poder Executivo que cria e suprime cargos nas classes superiores da carreira de Diplomata do Q.P. do Ministério das Relações Exteriores (D.C. 18-4, pág. 2879).

Com parecer pelo arquivamento, vai a imprimir a mensagem do T.F.R. com anteprojeto de lei que solicita abertura de crédito especial para pagamento de salários de dezembro do pessoal extranumerário-diarista do referido Tribunal (D.C. 18-4, pág. 2880).

Aprovado em discussão única e sobre à sanção presidencial o projeto de lei que aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aos mensalistas e diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas (D.C. 18-4, pág. 2893).

Aprovado em primeira discussão, com subemenda, o projeto de lei que classifica como Professor catedrático padrão O, cargos de Professor padrão M criados pelas Leis n.ºs. 924 e 1.014, respectivamente de 21 de novembro e 24 de dezembro de 1949 (D.C. 18-4, pág. 2894).

No Senado Federal

Aprovado em discussão única e sobre à sanção o projeto de lei da Câmara que abre o crédito especial ao Congresso Nacional para pagamento de um mês de vencimentos ao pessoal das Secretarias das duas Casas e ao pessoal do Executivo em exercício na Câmara dos Deputados (D.C. 14-4, pág. 2708).

Aprovado também em discussão única o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de substituição no Ministério da Justiça e Negócios Interiores (D.C. 14-4, pág. 2708).

A Comissão de Legislação Social aprovou o parecer do senador Kerginaldo Cavalcanti ao projeto de lei que dispõe sobre a situação jurídica dos Procuradores das autarquias federais (D.C. 17-4, pág. 2844).

Publicado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto de lei que dispõe sobre a estabilidade do pessoal extranumerário da União (D.C. 18-4, pág. 2916).

PETROBRÁS S.A.

No Senado Federal

Em suplemento ao Diário do Congresso de 14 de abril foram publicados os pareceres das Comissões de Constitui-

ção e Justiça, de Agricultura, Indústria e Comércio, de Forças Armadas, de Viação e Obras Públicas e de Finanças ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a política nacional do petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e dá outras providências.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que dispõe sobre o pagamento do auxílio enfermidade nas instituições de previdência social. O projeto vai ao Senado (D.C. 14-4, pág. 2687).

Em redação final, foi aprovado o projeto de lei que concede uma pensão especial à viúva e filha do professor Carlos Teixeira Brandão. O projeto vai ao Senado (D.C. 14-4, pág. 2687).

Com pareceres favoráveis das Comissões de Legislação Social e de Finanças foi a imprimir o projeto de lei que altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (D.C. 15-4, pág. 2726).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede pensão especial às viúvas e filhos menores de Alaim de Almeida Carneiro e Murilo Braga de Carvalho, ex-funcionários da União (D.C. 15-4, página 2727).

Foi retirado da ordem do dia, por dez sessões, o projeto de lei que determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência para prestação de assistência alimentar aos associados das instituições de previdência social (D.C. 15-4, pág. 2742).

Com parecer favorável da Comissão de Justiça, foi a imprimir o projeto de lei que assegura pensão especial aos servidores da polícia civil (D.C. 17-4, pág. 2792).

O deputado Euzébio Rocha apresentou projeto de lei que aumenta os proventos dos contribuintes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (D.C. 17-4, página 2805).

Apresentado pelo deputado João Agripino projeto de lei que concede pensão especial a Maria Mayer da Silveira, viúva de ex-agente fiscal do imposto de consumo (D.C. 17-4, pág. 2811).

Aprovados na sessão de 16 de abril os seguintes projetos de lei: concede pensão especial à viúva e filhas solteiras do professor Arduino Bolívar; concede pensão especial à viúva do ex-parlamentar José de Barros Fernandes Lima; concede pensão especial à viúva e filha menor do agente fiscal do imposto de consumo Lúcio Borges de Sá; concede pensão especial aos herdeiros de Joaquim Barbosa de Oliveira, artífice diarista do D.F.S.P.; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de indenização devida a ex-maquinista da E.F.R.D., Adriano Rodrigues Pinto; concede pensão especial à viúva e filho menor de Augusto César Araújo de Oliveira, Guarda Civil do D.F.S.P.; concede pensão especial à viúva do ex-contramestre do Arsenal de Guerra do Rio, Francisco Leite (D.C. 17-4, págs. 2832 e 2834).

Deferida a audiência da Comissão de Educação e Cultura para os seguintes projetos de lei: concede pensão especial à viúva do Dr. Acilino de Leão Rodrigues; e assegura reversão de pensão concedida às filhas de Clotilde do Vale Ferreira (D.C. 17-4, pág. 2834).

No Senado Federal

Publicada a redação final do projeto de lei que dispõe sobre a situação de segurados obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. O projeto permite ao ex-funcionário continuar a contribuir para o IPASE após deixar o Serviço Público (D.C. 18-4, pág. 2917).

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade, o projeto de lei que dispõe sobre a abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade quando de decisões judiciais contrárias à Fazenda Nacional (D.C. 18-4, pág. 2857).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Retirado, por dez sessões, da ordem do dia, o projeto de lei que dispõe sobre a Lei Orgânica da Saúde (D.C. 17-4, pág. 2832).

SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

Na Câmara dos Deputados

Iniciada a primeira discussão do projeto de lei que reforma o sistema bancário nacional (D.C. 15-4, página 2743). A discussão do projeto prosseguiu na sessão de 17 de abril (D.C. 18-4, pág. 2895).

O deputado Manhães Barreto apresentou projeto de lei que altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei número 9.140, de 5-4-46, que dispõe sobre as atribuições do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (D.C. 18-4, pág. 2881).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a construir um novo edifício para o Quartel General da 2.ª Região Militar, sediada em São Paulo, e a vender o terreno onde atualmente se encontra o edifício sede dos serviços dessa unidade, com pareceres sobre emendas de primeira discussão: da Comissão de Segurança Nacional considerando-se incompetente para opinar e da Comissão de Finanças favorável à de n.º 1 e contrário à de n.º 2 (D.C. 14-4, pág. 2679).

Aprovada a emenda do Senado ao projeto de lei que altera o art. 63 do Título II — Serviço Telegráfico Exterior, da Lei n.º 489, de 28-11-48 (D.C. 17-4, pág. 2827). Aprovada também a emenda do Senado ao projeto de lei que altera o art. 109, do Decreto-lei n.º 3.651, de 25-9-41, que dá nova redação ao Código Nacional do Trânsito (mesmo diário e página).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que assegura o livre trânsito em todo o território nacional aos automóveis devidamente legalizados nas prefeituras de origem (D.C. 17-4, pág. 2835).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto de lei que autoriza a instalação de estações radiotelegráficas em várias localidades de Mato Grosso (D.C. 18-4, página 2860). No mesmo sentido com relação ao projeto de lei que estabelece uma agência postal telegráfica em Aquidabã, Sergipe (mesmo diário, pág. 2861).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza doação à Prefeitura de Formiga, Minas Gerais, de imóvel para instalação de agência postal e telegráfica (mesmo diário, pág. 2862). Também com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza construção ou aquisição de prédio para instalação de agência postal e telegráfica no município de Gravata, Pernambuco (mesmo diário, pág. 2865).

O projeto de lei que autoriza a abertura, ao D.C.T., do crédito especial de cem milhões de cruzeiros para construção ou aquisição de edifício destinado à sua sede foi a imprimir com parecer contrário da Comissão de Finanças (D.C. 18-4, pág. 2875). Também com parecer contrário foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertu-

tura de crédito especial para construção da linha telegráfica entre São José do Rio Preto e Ibirá (D.C. 18-4, pág. 2877).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que altera o limite de que trata o art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.987, de 1941, que dispõe sobre a comissão a ser paga aos particulares pela venda de selos e outras fórmulas de franquimento postal (D.C. 18-4, pág. 2878).

No Senado Federal

Lido, aprovado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instalar em Santa Catarina, uma usina termelétrica, destinada principalmente ao abastecimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo (D.C. 17-4, pág. 2849).

Aprovado requerimento para que fôsse adiada a discussão única do projeto de lei que assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais (D.C. 17-4, pág. 2849).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças à emenda do Senado Federal, foi a imprimir o projeto de lei que modifica a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.077, de 26-2-41, que estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento (D.C. 15-4, página 2725).

Com parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura e parecer com substitutivo da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre as comemorações do Primeiro Centenário de Nascimento de Capistrano de Abreu (D.C. 15-4, pág. 2728).

Foi a imprimir, com parecer e substitutivo da Comissão de Finanças, o projeto de lei que abre à Câmara dos Deputados o crédito especial de setecentos mil cruzeiros para renovação dos móveis do Palácio Tiradentes (D.C. 15-4, pág. 2733).

Com pareceres contrários das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças, vai a imprimir o projeto de lei que cria a medalha de mérito anticomunista (D.C. 17-4, pág. 2791).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto de lei que proíbe a extração de loterias em todo o território nacional (D.C. 17-4, pág. 2806).

Aprovado em primeira discussão o projeto de lei que autoriza a construção de um mausoléu em homenagem ao deputado José Monteiro Soares Filho (D.C. 17-4, página 2827).

Em discussão única, foi aprovado o projeto de lei que dá nova redação ao art. 221 do Dec.-lei n.º 3.689, de 1941 (Cód. do Proc. Penal) (D.C. 17-4, pág. 2827).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para ressarcir prejuízos sofridos em virtude de roubo pelas pessoas que especifica (D.C. 17-4, pág. 2832).

Aprovada a audiência para o projeto de lei que autoriza a emissão de selos postais comemorativos do centenário da emancipação política do Paraná (D.C. 17-4, pág. 2834).

Em virtude de emenda, volta à Comissão de Justiça o projeto de lei que modifica a data do início da contagem do prazo para apresentação de documentos e entrada de requerimentos de terras pertencentes ao Patrimônio da União (D.C. 17-4, pág. 2835).

Em primeira discussão, foi aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto de lei que dispõe sobre as comemorações do 1.º centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu (D.C. 18-4, pág. 2893).

Aprovado o projeto de resolução que acrescenta mais um artigo ao Regimento Interno estabelecendo, para votação dos projetos de lei, apenas o processo simbólico ou nominal (D.C. 18-4, pág. 2893).

Aprovado o substitutivo da Comissão Especial ao projeto de lei que prevê sobre a franquia postal e telecomunicação e a gratuidade de serviços de imprensa oficial para os partidos políticos legalmente registrados (D.C. 18-4, pág. 2894).

No Senado Federal

Aprovado na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas o projeto de resolução que dispõe sobre a construção do edifício para o Senado Federal (D.C. 18-4, pág. 2915).

Vão a imprimir os pareceres das Comissões Técnicas ao projeto de lei da Câmara que dá nova denominação ao Sanatório construído em Manaus pela Campanha Nacional contra a Tuberculose (D.C. 18-4, pág. 2916).

Publicada a redação final do projeto de lei que dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (D.C. 18-4, pág. 2918).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Publicado o projeto de resolução, com parecer contrário da Mesa às emendas de segunda discussão, que acrescenta um artigo ao Regimento Interno estabelecendo para votação dos projetos de lei apenas o processo simbólico ou nominal (D.C. 14-4, pág. 2681).

Publicado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Wanderley Júnior (D.C. 14-4, pág. 2683). O projeto foi aprovado na sessão de 14 de abril.

Publicado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Ferreira Martins (D.C. 15-4, pág. 2734). Esse projeto de resolução foi aprovado na sessão de 16 de abril (D.C. 17-4, página 2820).

Rejeitado o requerimento de convocação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores (D.C. 15-4, pág. 2714).

Publicados os projetos de resolução que concedem licença para tratamento de saúde aos deputados Manoel Peixoto e Francisco Monte (D.C. 18-4, pág. 2880).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 13 de abril falaram os seguintes senhores deputados: Ari Pitombo, a propósito de nota oficial da CEXIM sobre liberação de transação da CIREI, para um apelo à imprensa e aos colegas do Parlamento no sentido de não darem guarida a informações infundadas; Coutinho Cavalcanti, sobre a repercussão, no mundo financeiro norte-americano, do esperado armistício na Coreia, ocasião em que apresentou requerimento no sentido de que o Parlamento Nacional se dirija a todos os Parlamntos manifestando a esperança pela consecução de um próximo armistício, seguido de uma paz duradoura; Valdemar Rupp, sobre proposição aprovada pela Comissão Técnica do Trigo no sentido de levantar-se o preço mínimo do cereal, na base de cento e oitenta cruzeiros o saco de sessenta quilos; Adahil Barreto para criticar atitude do governador do Ceará, ligada ao problema da seca; Ulisses Lins, para o necrológio do professor Jerônimo Gueiros; Benjamin Farah, para um apelo ao Governo no sentido de não serem punidos os médicos que realizaram a jornada de protesto; Vieira Lins, sobre atraso no pagamento de abono ao pessoal da R.V.P.S.C.; José Augusto, para o necrológio do coronel Ezequiel Souza, chefe político potiguar; Flores da Cunha, para o necrológio do ministro Armando de Alencar; Willy Frohlich no mesmo sentido; Frota Aguiar, para nova crí-

tica às atividades desenvolvidas pela COFAP; Tristão da Cunha em defesa do liberalismo econômico e condenação do intervencionismo estatal; Antônio Correia para falar sobre a situação do abandono do seu Estado, o Piauí, no que diz respeito aos auxílios federais para o combate às secas; Aliomar Baleeiro, para novo discurso sobre a transação de troca de algodão brasileiro por aviões a jato ingleses, ocasião em que foi muito apartado pelo deputado Rui Ramos; Pereira da Silva para uma questão de ordem em torno de projeto de lei em discussão; Ostoj Roguski e Coelho de Souza para questões de ordem; e Gurgel do Amaral para rebater as acusações que lhe têm sido feitas pela imprensa sobre a sua atuação no caso dos portuários. Os deputados Armando Falcão e Ari Pitombo proferiram discursos que serão publicados depois.

Publicado o discurso proferido pelo deputado Carlos Luz na sessão do Congresso Nacional de 10 de fevereiro, em que foi discutido o veto ao projeto de lei que regula as operações cambiais. (Mercado Livre do Câmbio).

Falaram na sessão de 14 de abril os seguintes oradores: Fernando Ferrari para protestar contra a demora na elaboração do plano de financiamento de automóveis e caminhões para os motoristas profissionais associados do IAPETC; Dilermando Cruz para relatar sua visita às obras de barragem de Carmo do Capuri, em Minas; Saulo Ramos para justificar projeto de sua autoria; Paulo Neri no mesmo sentido; Sá Cavalcanti sobre política de seu Estado, o Ceará. Leão Sampaio sobre a situação nos municípios cearenses de Icó e Assaré, assolados pelas secas; Adahil Barreto para um apelo no sentido da intensificação do combate à esquistossomose; Pereira da Silva para protestar contra a apresentação de projeto de lei que concede isenção de direitos a sacaria de juta; Muniz Falcão para justificar pedido de urgência para o projeto que estende o abono de emergência ao pessoal do Poder Judiciário; Tristão da Cunha para prosseguir nas suas considerações em torno da política econômica seguida pelo Governo; Artur Santos para encaminhar a votação de requerimento de congratulações pelo transcurso do Dia Pan-Americano; Dilermando Cruz para debater projeto de auxílio à conferência de Tisiologia do Nordeste; Pereira da Silva no mesmo sentido; Lopo Coelho para encaminhar votação de projeto que altera redação de dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho; Daniel Faraco na discussão do projeto de lei que reforma o sistema bancário nacional; Joel Presídio para defender-se de acusações; Wilson Cunha para denunciar arbitrariedades que teriam sido cometidas pelo major Djalma Borges, comandante da Força Pública do Espírito Santo, Dilermando Cruz para questões de ordem, e Muniz Falcão no mesmo sentido. O mesmo deputado proferiu discurso que será publicado depois.

Publicados os discursos proferidos: pelo deputado Campos Vergal, na sessão de 8 de abril, para comentar a duração das férias escolares no Brasil, Benjamin Farah, proferido na sessão de 4 de abril, sobre os exames de admissão ao Instituto de Educação (D.C. 16-4, pág. 2775).

Na sessão de 16 de abril falaram os seguintes oradores: Vieira Lins, para congratular-se com a população de Londrina pela cobertura do empréstimo municipal destinado a obras públicas; Arruda Câmara sobre pagamento de abono de emergência nas agências municipais de estatística; Osvaldo Orico para justificar requerimento de sua autoria sobre a representação diplomática do Brasil em Portugal, atualmente vaga; Vasconcelos Costa sobre as conclusões da conferência das classes produtoras realizada em Ubá; Euzébio Rocha para justificar projeto de sua autoria sobre aumento de proventos pagos pelos Institutos e Caixas; Roberto Morena sobre greve em São Paulo; Breno da Silveira sobre pagamento de abono de emergência ao pessoal de obras; Mota Neto para ler telegrama do prefeito de Jardim de Piranhas sobre a situação do município assolado pelas secas; Muniz Falcão sobre matéria fiscal; Dilermando Cruz para ler telegrama de jornalista mineiro a respeito da demora de maquinário destinado ao tratamento de minerais atômicos; Paulo Neri sobre publicação na imprensa diária de assunto relacionado com o deputado Euvaldo Lodi; Frota Aguiar sobre violências da Polícia Municipal

contra moradores da favela do Arará; Muniz Falcão para uma reclamação sobre aplicação do regimento da Casa; José Bonifácio sobre a troca de algodão brasileiro por aviões a jato ingleses; Armando Falcão para ler telegrama do Ceará sobre a situação cada vez mais grave provocada pelas secas; José Guimarães sobre política regional; Artur Audrá sobre a crise que atravessa São Paulo no tocante às greves; Flores da Cunha para ler carta do ministro Orlando Leite Ribeiro; Herbert Levi para debater o projeto de reforma do sistema bancário nacional; Nelson Omegna sobre construção de casas a cargo dos Institutos; Muniz Falcão para um apelo ao Ministro da Agricultura para apressar as melhorias do pessoal extranumerário mensalista daquele Ministério; Nereu Ramos, na presidência, para esclarecimentos em torno do abono de emergência ao pessoal da Casa; Ulisses Guimarães para discutir projeto sobre acumulação no Tribunal de Contas do D.F.; Ponciano dos Santos para debater projeto de lei que concede isenção de direitos para a importação de obras de arte sacra; Dilermando Cruz para justificar preferência em favor de determinado projeto, que foi rejeitada; Parcifal Barroso para debater projeto de concessão de pensão especial; Medeiros Neto no mesmo sentido; Ostoj Roguski para falar sobre projeto que teve discussão adiada por dez dias e referente a registro pelo T.C. de escritura de venda de bens do Patrimônio Nacional; Fernando Ferrari e Firman Neto no mesmo sentido; e ainda sobre o mesmo assunto Flores da Cunha; Moura Andrade e Galeno Paranhos, em questões de ordem. Os deputados Rui Ramos, Campos Vergal e Alberto Deodato proferiram discursos que serão publicados depois.

Publicados os seguintes discursos: do deputado Armando Falcão, sobre relações comerciais da CEXIM com a CIREI; do deputado Ari Pitombo, sobre o mesmo assunto; e do deputado Muniz Falcão por motivo de eleições suplementares para prefeito de Maceió (D.C. 17-4, página 2839).

Falaram na sessão de 17 de abril os seguintes senhores deputados: Artur Santos sobre a situação dos produtos chamados gravosos; Benedito Vaz para justificar projeto de sua autoria sobre construção de parques infantis; Brígido Tinoco sobre pagamento de abono na Leopoldina; Vasconcelos Costa sobre decisão da CEXIM; Dilermando Cruz sobre a situação de Minas Gerais, privada de porto de mar; Frota Aguiar sobre imagem de Nossa Senhora apreendida pelas autoridades navais e pertencente à localidade de Vilar dos Teles; Benjamin Farah para ler carta do almirante Pena Boto; Carmelo d'Agostinho para falar sobre a festa do caqui, em Mogi das Cruzes; Antônio Horácio para ler pronunciamento do Conselho Nacional do SESI a respeito das contas do deputado Euvaldo Lodi; Breno da Silveira para ler apelo da Irmandade de Nossa Senhora da Penha sobre o 36º Congresso Eucarístico Nacional; Galeno Paranhos para dar resposta a pedido de informações sobre a mudança da Capital para o planalto central; Pereira Diniz para ler informações procedentes da Paraíba sobre a situação da população de diversos municípios e a ação da Legião Brasileira de Assistência; Rui Araújo sobre a enchente do rio Amazonas e as consequências que já se fazem sentir; Jarbas Maranhão a respeito de cotas do imposto de renda devidas aos municípios; Joel Presídio para ler carta do presidente do IAPETC sobre assuntos de sua administração à frente daquela autarquia; Dolor de Andrade para ler telegrama do diretor da E.F. Nordeste do Brasil; Fernando Ferrari para debater projeto de lei em discussão; Daniel Faraco e Carmelo d'Agostinho para discutir o projeto de lei de reforma do sistema bancário nacional; Vieira Lins para assunto político de interesse da direção do P.T.B.; Armando Falcão sobre o mesmo assunto; Breno da Silveira para ler correspondência trocada por motivo do seu desligamento da UDN; Artur Santos sobre o não pagamento do abono de emergência em algumas empresas; Dilermando Cruz a respeito das Indústrias Manesmann; Frota Aguiar sobre administração municipal do D. F. O deputado Fernando Ferrari pronunciou discurso que será publicado depois.

No Senado Federal

Falaram na sessão de 13 de abril os seguintes senhores senadores: Landulpho Alves para prosseguir nas suas considerações em defesa da tese da exploração do petróleo pelo Estado, com apartes dos senadores Othon Mader e Kerginaldo Cavalcanti; Kerginaldo Cavalcanti para o nerológico do coronel Ezequiel de Souza, pai do senador Ferreira de Souza; Onofre Gomes, para tratar da situação do Nordeste, assolado pela seca; Athon Mader para leitura de telegramas de associações comerciais sobre debates travados no Senado em torno do problema do petróleo; e Plínio Pompeu para leitura de telegramas procedentes do Nordeste sobre a seca.

Falaram ainda, na discussão do requerimento que solicita inserção nos do discurso proferido pelo Vice-Presidente da República na Associação Comercial do Rio de Janeiro, os Srs. Othon Mader, Mozart Lago, Aloísio de Carvalho, João Vilasboas, Kerginaldo Cavalcanti e Hamilton Nogueira. O requerimento foi aprovado.

Publicado no Diário do Congresso de 14 de abril o discurso de que trata a nota acima, o artigo do jornalista Macedo Soares sobre o mesmo assunto e o discurso proferido pelo senador Mozart Lago na sessão de 31 de março em que relatou ao Senado como decorreu a audiência concedida pelo Presidente da República às funcionárias que solicitaram a instituição de cheques e berçários nas repartições federais.

Ocuparam a tribuna na sessão de 14 de abril os seguintes senhores senadores: Onofre Gomes para congratular-se pelo transcurso do Dia Pan-Americano e ler correspondência procedente do Nordeste sobre a seca; Plínio Pompeu para discorrer sobre o projeto que dispõe sobre a política nacional do petróleo, ocasião em que foi muito apertado; Hamilton Nogueira, para saudar o senador Longchampbon, em visita ao Senado; o senador Longchampbon em agradecimento; Vitorino Freire para ler telegrama do governador Lucas Garcez; Othon Mader para comunicar a decisão dos ferroviários da R.V.P.S.C. que resolveram adiar a greve que tinham programado; Alfredo Neves para um apelo à CEXIM sobre a importação de produtos julgados essenciais.

Publicado o discurso proferido pelo senador Assis Chateaubriand na sessão de 8 de abril, a respeito da política nacional de petróleo (D.C. 15-4, pág. 2760).

Publicado o discurso proferido pelo senador Rui Carneiro na sessão de 31 de março sobre o problema das secas no Nordeste (D.C. 16-4, pág. 2777).

Falaram, na sessão de 16 de abril, os seguintes senhores senadores: Hamilton Nogueira sobre audiência do Congresso para tratados celebrados entre o Governo brasileiro e países estrangeiros; Ivo d'Aquino, sobre o mesmo assunto e em resposta ao anterior; Alencastro Guimarães sobre a política nacional do petróleo brasileiro e Apolônio Sales, sobre problemas ligados ao aumento da produção.

O senador Alencastro Guimarães, na sessão de 17 de abril, nas suas considerações sobre o problema do petróleo nacional.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as informações sobre a Comissão de Abastecimento do Nordeste, solicitadas pelo deputado Aluísio Alves (D.C. 14-4, pág. 2679).

São deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Vasconcelos Costa, solicitando informações sobre construção de estradas no Estado de Minas Gerais, pelo D.N.E.R., do deputado Fernando Ferrari, solicitando informações sobre atividades do Serviço Médico Social do M.T.I.C.; do deputado Ponciano dos Santos, solicitando informações sobre dispensa de Dona Adelaide Thurler da função de enfermeira-adjunto pelo Presidente do IPASE; do deputado Fernando Ferrari solicitando informações sobre o andamento de processos no Conselho Superior da Previdência Social; do deputado Herbert Levi, sobre apli-

cação dada às cambiais adquiridas pelo Governo à taxa oficial de câmbio, nas diferentes moedas, no ano de 1952 e no período janeiro-março deste ano; do deputado Vasconcelos Costa, sobre construção de estradas, pelo D.N.E.R., em território mineiro e importância paga anualmente, por conta do Fundo Rodoviário Nacional, ao Governo de Minas Gerais; do deputado Ranieri Mazzilli, sobre a solução dada pelo C.N.A.E.E. aos pedidos de Prefeitura de Natividade da Serra, São Paulo; do deputado Muniz Falcão, sobre pagamento de adicionais por tempo de serviço do aposentado Oliveiros José Maranhão, residente em Maceió; do deputado Ranieri Mazzilli, sobre não pagamento de contas devidas pelo D.C.T., referente à construção do prédio da Agência Postal-Telegráfica em Limeira, São Paulo; do deputado Arnaldo Cerdeira, sobre exportação de bananas licenciada pela CEXIM; do deputado Israel Pinheiro, em nome da Comissão de Finanças, sobre ofício do T.R.T. da 1.^a Região em que solicita abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de representação, sobre abertura de crédito suplementar de reforço à verba 3, no Ministério da Agricultura, sobre vencimentos percebidos por servidor do Ministério da Viação, pensão de montepio civil deixada e valor da pensão paga pelo IPASE aos herdeiros desse servidor e sobre matéria idêntica relacionada com professor da Faculdade de Direito de São Paulo (D.C. 14-4, págs. 2682-83).

Lidos na hora do expediente os esclarecimentos prestados pela Legião Brasileira de Assistência sobre aplicações de dinheiro para os flagelados (D.C. 15-4, página 2740).

Recebidas as seguintes informações: ao requerimento do deputado Armando Falcão, sobre aplicação de dois bilhões de cruzeiros no combate à seca do Nordeste, nos anos de 1951 e 1952; ao requerimento do deputado Muniz Falcão, sobre aplicação de recursos provenientes da "Caixa Especial" a que alude o § 1.^o do art. 198 da Constituição; ao requerimento do deputado Tarso Dutra sobre arrecadação federal nos municípios de Cacequi, Arai e Canela; ao requerimento do deputado Fernando Ferrari sobre revisão dos proventos de inatividade dos ex-servidores do D.C.T.; ao ofício da Secretaria, que pede esclarecimentos a respeito do projeto de lei que dispõe sobre a criação da carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda; ao requerimento do deputado Aluizio Alves, sobre distribuição de verbas para o combate às secas; ao requerimento do deputado Ribeiro dos Santos, sobre a exclusão de máquinas para a indústria têxtil da lista de produtos de importação pelo câmbio oficial.

Deferidos os seguintes requerimentos na sessão de 16 de abril: do deputado Fernando Ferrari, sobre instalação

de ambulatórios para pescadores, nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Trumandai; do deputado Gurgel do Amaral, sobre revogação da Circular D.M.M. n.^o 41, de 29-6-47, que instituiu o regime da "gramagem" na Marinha Mercante; do deputado Paulo Sarasate sobre perfuração de poços no Ceará e nos Estados do Polígono das Secas; do deputado João Agripino sobre recebimento, pelos municípios da Paraíba, da cota da renda resultante do imposto sobre lubrificantes e combustíveis, desde 1951; do mesmo deputado, sobre as parcelas entregues aos Governadores de Estados situados no Polígono das Secas, por conta do Fundo de Socorros Contra as Secas do Nordeste e sobre a sua aplicação; do deputado Lopo Coelho, sobre a integração em quadros especiais das funções de extranumerários amparados pelo artigo 23 do A.D.C.T.; do deputado Fernando Ferrari, sobre a existência de legislação de natureza militar que ampare entre outros os veteranos da FEB especificados; do mesmo deputado, sobre o recurso interposto ao C.F. do IAPC pelo associado Bom-filho Costa — (vide nota abaixo) —; ainda do mesmo deputado, sobre o débito do Tesouro aos Municípios brasileiros, referente à cota do imposto de renda; do deputado Vasconcelos Costa sobre autorização de remessas cambiais para o exterior; do deputado Novelli Júnior, sobre a situação dos servidores das autarquias federais, sediadas em São Paulo e subordinadas ao M.T.I.C. que operam direta e habitualmente com raios X. O deputado Fernando Ferrari falou sobre a indenização devida à Sociedade Agrícola Pastoral de Santa Maria, RS. (nota)

Recebidas as seguintes informações: do DASP, a respeito dos biólogos do D.N.S. que não foram incluídos na classificação da Lei n.^o 488-48; e do M.F. sobre licenças de importação concedidas pela CEXIM (D.C. 18-4, pág. 2859).

Deferidos os seguintes pedidos de informações: do deputado Arruda Câmara sobre loteamento e venda de terreno de bairro do Recife, Pernambuco; do deputado Lopo Coelho, sobre a administração e a vida funcional do Sr. Carlos Pinheiro como diarista de E.S.G.; do deputado Paulo Couto sobre inquérito no IAPM; e do deputado Osvaldo Orico sobre a Embaixada do Brasil em Lisboa.

No Senado Federal

Deferidos os seguintes requerimentos: do senador Mozart Lago, sobre despejo de lavradores do Realengo; e do senador Luiz Tinoco sobre suspensão do pagamento de gratificação a médicos do IPASE (D.C. 18-4, pág. 2918).

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

VOLUMES EDITADOS

ANO I — 1937-1938

- Vol. I — novembro-37 (esg.), janeiro fevereiro (esgotados), março.
Vol. II — abril (esg.), maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esg.)

ANO II — 1939

- Vol. I — janeiro, fevereiro-março.
Vol. II — abril-maio, junho.
Vol. III — julho-agosto, setembro.
Vol. IV — outubro-novembro, dezembro (esg.)

ANO III — 1940

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho (esg.), agosto (esg.), setembro.
Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO IV — 1941

- Vol. I — janeiro (esg.), fevereiro (esg.), março.
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho, agosto, setembro (esgotados).
Vol. IV — outubro (esg.) novembro (esg.), dezembro.

ANO V — 1942

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro (esg.).
Vol. IV — outubro (esg.), novembro, dezembro.

ANO VI — 1943

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esgotados).

ANO VII — 1944

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO VIII — 1945

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro

ANO IX — 1946

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto-setembro.
Vol. IV — outubro-novembro, dezembro.

ANO X — 1947

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro

ANO XI — 1948

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro

ANO XII — 1949

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIII — 1950

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIV — 1951

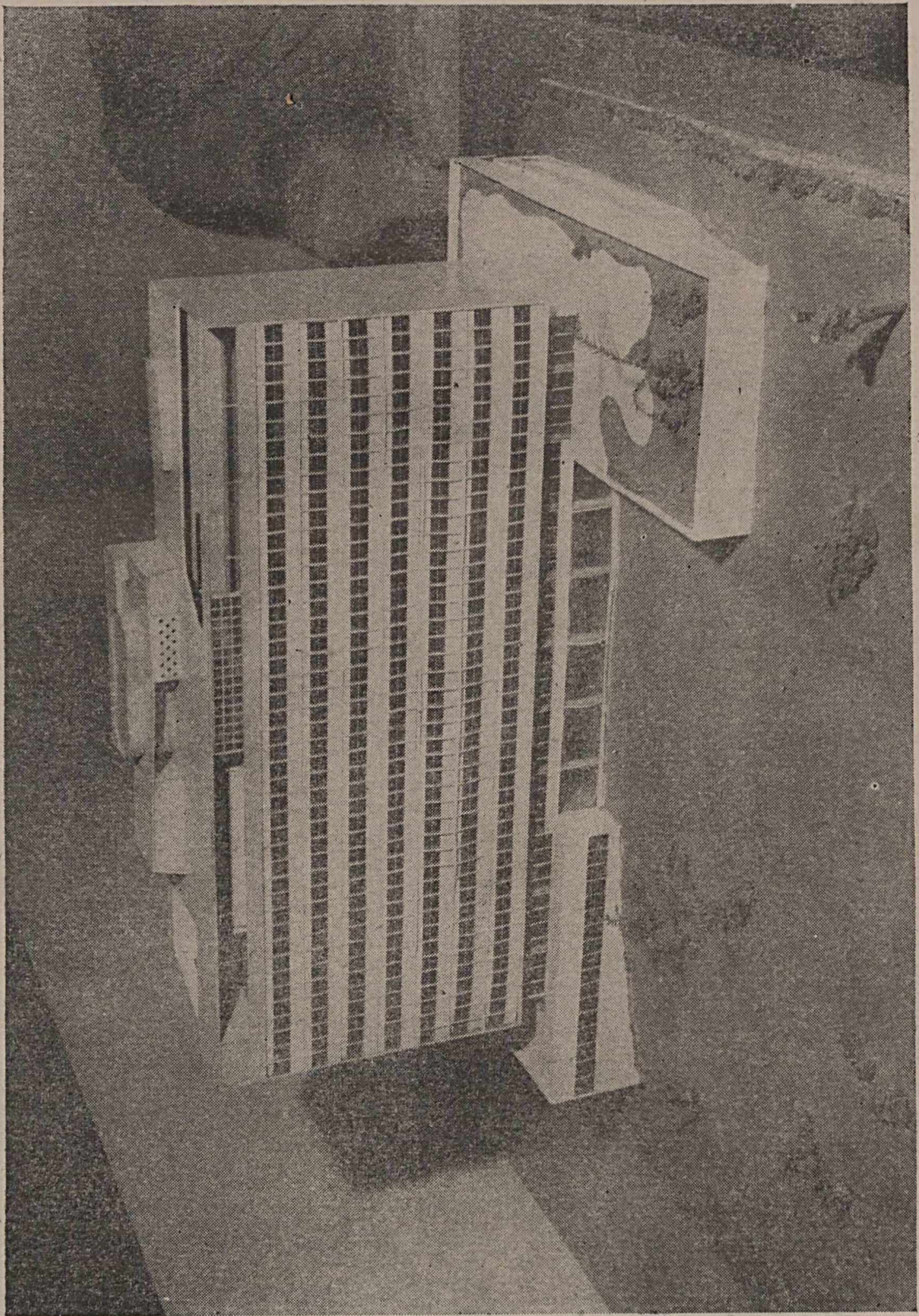
- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XV — 1952

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XVI — 1953

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril.



Maqueta do Hospital dos Marítimos, situado na rua Leopoldo, Bairro do Andaraí, nesta capital